



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 006/007

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 006

6ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 04

Expediente:

Ofícios..... 04

Indicações 04

Requerimentos 09

Projetos de Lei 14

Pequeno Expediente:

Dep. Professor Lemos 15

Dep. Luciana Rafagnin 17

Dep. Tadeu Veneri..... 18

Dep. Geraldo Cartário 19

Dep. Luiz Eduardo Cheida..... 21

Dep. Rosane Ferreira 22

Grande Expediente:

Dep. Péricles de Mello..... 24

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Professor Lemos 15

Liderança do PDT

Dep. Geraldo Cartário 20

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira..... 22

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró..... 26

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 27

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi29

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente31

Discussão/Votação

Redação Final32

2ª Discussão33

1ª Discussão33

Requerimentos34

Encerramento da Sessão35

DIÁRIO Nº 007

7ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....36

Presenças.....36

Abertura da Sessão36

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente36

Discussão/Votação

Redação Final37

2ª Discussão37

1ª Discussão37

Encerramento da Sessão39

Publicações:

Ata de Comissão

Indústria, Comércio e Turismo ..40

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 006

6ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão04

Expediente:

Ofícios04

Indicações04

Requerimentos09

Projetos de Lei.....14

Pequeno Expediente:

Dep. Professor Lemos15

Dep. Luciana Rafagnin.....17

Dep. Tadeu Veneri18

Dep. Geraldo Cartário19

Dep. Luiz Eduardo Cheida21

Dep. Rosane Ferreira.....22

Grande Expediente:

Dep. Péricles de Mello24

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Professor Lemos 15

Liderança do PDT

Dep. Geraldo Cartário 20

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira..... 22

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró 26

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 27

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi..... 29

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 31

Discussão/Votação

Redação Final..... 32

2ª Discussão 33

1ª Discussão 33

Requerimentos..... 34

Encerramento da Sessão 35

DIÁRIO Nº 006

6ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Osmar Bertoldi, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Durval Amaral, Luiz Fernandes Litro, Nereu Moura, Pedro Ivo e Reni Pereira (06).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Pastor Edson Praczyk, Luiz Accorsi e Ney Leprevost (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

Sob o nº 218/09-OPD/GP do Sr. Hermas Brandão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Jocelito Canto que pede documentos e esclarecimentos sobre a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Deputado interessado.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 082/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 05 (cinco) Unidades de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 05 (cinco) Unidades de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Maringá;

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Maringá, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 083/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Marumbi.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Marumbi, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 084/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Maringá.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Maringá, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 085/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Lobato.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Lobato, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 086/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Jandaia do Sul.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Jandaia do Sul, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 087/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Ivatuba.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Ivatuba, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 088/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Iguaraçu.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Iguaraçu, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 089/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Floresta.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Floresta, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 090/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Engenheiro Beltrão.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Engenheiro Beltrão, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 091/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Colorado.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Colorado, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 092/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Cambira.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Cambira, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 093/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Boa Esperança.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Boa Esperança, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 094/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Atalaia.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Atalaia, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 095/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Astorga.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Astorga, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 096/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Jussara.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Jussara, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 097/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de São Tomé.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de São Tomé, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 098/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de São Jorge do Ivaí.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de São Jorge do Ivaí, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 099/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Santo Antonio do Caiuá.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Santo Antonio do Caiuá, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 100/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Quinta do Sol.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Quinta do Sol, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 101/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Peabiru.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Peabiru, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 102/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Paiçandu.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Paiçandu, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 103/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Paranacity.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Paranacity, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 104/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Ourizona.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Ourizona, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 105/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Nova Esperança.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Nova Esperança, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 106/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Nossa Senhora das Graças.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Nossa Senhora das Graças, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 107/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Mariluz.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Mariluz, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 108/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Munhoz de Melo.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Munhoz de Melo, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 109/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Marialva.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Marialva, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 110/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Mandaguaçu.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Mandaguaçu, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 111/09

SÚMULA:

Liberação de (01) uma kombi para o Município de Terra Boa.

Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - liberação de (01) uma kombi para o Município;

II - estamos apresentando a presente indicação atendendo inúmeras solicitações da comunidade do Município de Terra Boa, que há muito reivindica uma kombi para atender a região.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 112/09

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinada ao Município de Andirá uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

A Deputada que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere as autoridades acima citadas, a destinação ao Município de Andirá, de recursos para a construção de uma (01) da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de Bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no Município de Andirá.

Andirá possui uma população de, aproximadamente, 21.953 habitantes segundo o IBGE, o que justifica o pedido desta Parlamentar.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) ROSANE FERREIRA

INDICAÇÃO Nº 113/09

SÚMULA:

Solicita ao Exmo. Sr. Governador, Roberto Requião e a Exma. Secretária de Estado da Educação, Sra. Yvelise Freitas Souza Arco-Verde, providências, em caráter emergencial, em relação a situação precária da Escola Estadual Lincoln Setembrino Coimbra, localizada no Município de Araucária

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - solicita que o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Educação, tome as devidas providências, em caráter emergencial, para sanar os problemas estruturais da Escola Estadual Lincoln Setembrino Coimbra, localizada no Município de Araucária/PR, com pedido já formulado nas Indicações Legislativas nº 266 de 26/03/07 e nº 575 de 30/10/07.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Lincoln Setembrino Coimbra, localizada no Município de Araucária, necessita de reparos emergenciais, já solicitados em Indicações Legislativas de nº 266 de 26/03/07 e nº 575 de 30/10/07.

Entretanto, os pedidos ainda não foram atendidos e a escola vêm enfrentando sérios problemas estruturais devido ao estado precário em que se encontram suas instalações, inviabilizando a continuidade dos trabalhos escolares e inibindo-a do cumprimento das suas verdadeiras funções de educar para formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres para com toda a sociedade.

Tal situação pode ser comprovada em notícia veiculada pelo jornal Gazeta do Povo no dia 10/02/09.

Assim, sugerimos os reparos acima mencionados possibilitando um adequado ambiente escolar aos alunos, professores e demais funcionários da Escola Lincoln Setembrino Coimbra.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 245-B

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 12 de fevereiro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 241

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, PROPÕE, após ouvido o douto Plenário, a realização de Sessão Extraordinária para a efetivação de Sessão Solene do evento denominado “Honraria de Mérito dos Trabalhadores - Prêmio Personalidades do Paraná”, no dia 23/04/09, às 18h30.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de evento promovido pela Fundação Força Trabalhista do Paraná e pela União das Associações de Empregados da CIC, Região Metropolitana e Estado do Paraná, tendo por objetivo homenagear trabalhadores de todas as origens de atividades fins do trabalho, das diversas escalas sociais, empregados ou patrões, da iniciativa privada ou pública, indicados por Entidades Representativas, por autoridades e Parlamentares dos Poderes Municipal e Estadual que acompanham este universo e que queiram sugerir nomes de trabalhadores. Valendo ressaltar que o evento encontra-se em 15ª edição, tendo homenageado aproximadamente mil trabalhadores do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 206

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-se-á deste plenário na Sessão do dia 11 do mês corrente, por motivo de saúde.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 244

Senhor Presidente:

A Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Paraná, presidida pelo Deputado Estadual Péricles de Mello (PT) e demais Deputados subscritores do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, moção de apelo ao Exmo. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação, Yvelise Arco-Verde, que determinem a nomeação dos professores com certificação de graduação do Programa de Capacitação para Docentes IESDE/VIZIVALE, aprovados no Concurso do Estado de 2007 ou no Processo Seletivo Simplificado, enquanto aguardam a regularização dos diplomas.

Trata-se de uma solicitação justa e necessária. O Programa Especial de Capacitação para Docentes dos Anos iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil foi implantado em 2002 pela Fundação Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu (VIZIVALE), em parceria com empresa Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino (IESDE). Cerca de 35 mil alunos, entre professo-

res e estagiários, concluíram o processo e aguardam a regularização dos diplomas. Do total de alunos, aproximadamente 12 mil estavam no exercício efetivo do magistério, conforme requisito do Conselho Estadual de Educação, para inscrição no programa. Pede-se que o Governo aceite a inscrição desses profissionais, no Quadro de Professores do Estado, e assegure a vaga durante o estágio probatório de três anos. Temos certeza que nesse período a situação será regularizada.

Como presidente da Comissão de Educação da Assembleia, sou responsável pela Comissão Especial formada para buscar uma solução definitiva para o caso. Depois de várias reuniões com os setores envolvidos no processo, definiu-se por uma complementação para o programa. Ação que será definida nos próximos dias.

Prefeitos paranaenses também enfrentam problemas com o atraso na regularização dos diplomas, pois muitos professores foram contratados apresentando apenas o certificado de conclusão do programa. O caso foi defendido junto ao Tribunal de Contas do Estado, para que as Prefeituras não fossem penalizadas pela falta do diploma na contratação desses profissionais.

O processo de regularização dos diplomas está sendo concretizado pelo Conselho Estadual de Educação em conjunto com a Secretaria de Estado da Educação, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Ministério da Educação.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(aa) PÉRICLES DE MELLO
PROFESSOR LEMOS

Apoiamento:

Ademar Traiano, Antonio Belinati, Augustinho Zucchi, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Ribas Carli Filho, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Jonas Guimarães, Nelson Justus, Plauto Miró, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi.

REQUERIMENTO Nº 245

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, usando do que se refere o artigo 17 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUER ao Sr. Secretário da Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari, o aumento do efetivo e das viaturas da patrulha escolar que atendem as 28 escolas estaduais de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

É inegável que a Patrulha Escolar Comunitária é um programa de excelente resultado aos estudantes, pais,

professores e às comunidades em volta das 28 escolas estaduais de Foz do Iguaçu, mas que pode ser reforçado com o aumento do efetivo e do número de viaturas. Atualmente, oito policiais militares e três viaturas atendem a Patrulha Escolar Comunitária. Na rede estadual de ensino estão matriculados 33,5 mil estudantes nos ensinos fundamental e médio. Na rede, lecionam 1.055 professores.

O trabalho da patrulha escolar é de caráter preventivo, de informação e, em algumas vezes, de mediação de conflitos. Mas é um trabalho muito importante e atende ainda as orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

No final do ano passado, a Polícia Militar formou mais uma turma de 162 policiais militares para atuar na patrulha escolar. Se tivermos mais dois ou quatro policiais, o trabalho será bem melhor desenvolvido. Já o DETRAN vai destinar viaturas às patrulhas escolares e duas delas podem ser destinadas para Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO Nº 197

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da jovem Débora Christina Archegas, ocorrido no último dia 09/02/09.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 15 anos de idade faleceu no último dia 09/02/09, a jovem Débora Christina Archegas, era filha do Dr. Dilmar Archegas Filho e da Sra. Dorotea e neta do Dr. Dilmar Archegas.

O passamento de Débora Christina Archegas, veio entristecer profundamente não apenas seus familiares, mas seus colegas e amigos dentre eles este Parlamentar. O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo, a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada a família aos parentes e amigos.

Sua família, a família que a adorava despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranquila, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória. Que Deus na sua infinita bondade lhe restitua na outra vida. O tempo que tudo embota, não consegue, todavia, apagar a saudade que habita nos corações de seus familiares e amigos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Archegas, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 198

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Luiz Caetano Alves, ocorrido no dia 15/12/08.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 15/12/08, vítima de um trágico acidente automobilístico o Sr. Luiz Caetano Alves, com 60 anos de idade e era funcionário do Departamento de Estradas e Rodagens (DER) de Paranavaí. Deixou viúva a Sra. Eliete de Assis Alves e duas filhas Eliana e Elaine.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e a sua labuta diária.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois, saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Luiz Caetano Alves, endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 199

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Pedro Luiz de Souza, ocorrido no dia 15/12/08.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 15/12/08, vítima de um trágico acidente automobilístico o Sr. Pedro Luiz de Souza, com 50 anos de idade e era funcionário do Departamento de Estradas e Rodagens (DER) de Maringá. Deixou 05 filhos, Célia, Rafael, Ricardo, Renan e Pedro.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e a sua labuta diária.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois, saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Pedro Luiz de Souza, endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 200

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Waldemar Cândido Pereira, ocorrido no dia 15/12/08.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 15/12/08, vítima de um trágico acidente automobilístico o Sr. Waldemar Cândido Pereira, com 60 anos de idade e era funcionário do Departamento de Estradas e Rodagens (DER) de Maringá. Deixou viúva a Sra. Maria Aparecida de Freitas de Souza e três filhos, Rosângela, Roseli e Rogério.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e a sua labuta diária.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois, saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Waldemar Cândido Pereira, endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 201

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Antonio do Nascimento, ocorrido no dia 22/12/08.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 22/12/08, vítima de um trágico acidente automobilístico o Sr. Luiz Antonio do Nascimento, com 52 anos de idade e era funcionário do Departamento de Estradas e Rodagens (DER) de Paranavaí. Deixou

viúva a Sra. Maria de Fátima Pereira do Nascimento e duas filhas, Elaine e Graciele.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e a sua labuta diária.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranquilo, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Luiz Antonio do Nascimento, endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 190

Senhor Presidente:

A Associação dos Municípios de Entre Rios - Microrregiões Onze (Amerios) realizou eleição e posse de sua nova diretoria, no último sábado, na Cidade de Douradina. Neste sentido, queremos registrar nos Anais deste Poder Legislativo a composição da nova diretoria desta importante entidade, requerendo envio de congratulações aos dirigentes empossados: Presidente Manoel Alcobia Leitão (Prefeito de cidade Gaúcha), 1º Vice-Presidente Claiton Manoel Cleber Mendes (Prefeito de Pérola), 2º Vice-Presidente Eliel Hernandes Roque (Prefeito de São Thomé), Secretário Almir de Almeida (Prefeito de Perobal), tesouro Osmar Trentini (Prefeito de Maria Helena); membros efetivos do Conselho Fiscal: Paulo de Queiroz Souza (Prefeito de Icaraíma), Pedro Nunes da Mata (Prefeito de Altônia), Osvaldo José de Souza (Prefeito de Tapejara), Moacir Silva (Prefeito de Umuarama) e Valter César Rosa (Prefeito de Francisco Alves); membros suplentes do Conselho Fiscal: Lucas Campanholi (Prefeito de Xambrê), Edno Guimarães (Prefeito de Cianorte), Maria Aparecida Zanuto Faria (Prefeita de Alto Paraíso), Everton Barbieri (Prefeito de Esperança Nova) e Paulo Armando da Silva Alves (Prefeito de Mariluz).

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 195

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Araucária, Exmo. Sr. Albanor José Ferreira Gomes, bem como ao Presidente da Câmara Municipal de Maringá, Exmo. Sr. Rui Sergio Alves de Souza, enviando aos mesmos votos de congratulações pela comemoração dos 119 anos do Município de Araucária.

A população de Araucária é estimada em 116 mil habitantes, segundo dados do IBGE. De raízes multi-étni-

cas, o povo araucariense desce principalmente dos povos eslavos, como poloneses e ucranianos, que até os dias de hoje se percebe no comportamento, culinária, crenças e costumes de seus habitantes.

Araucária oferece à sua população qualidade de vida e desenvolvimento, haja vista tratar-se do município que tem uma das maiores arrecadações no Estado.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 204

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, requer votos de congratulações a todos os descendentes lituanos pelos 91 anos da Lituânia a serem comemorados no dia 16 de fevereiro. Estima-se que no Brasil existam mais de 300 mil descendentes, sendo que no Paraná há registro de pelo menos 10 mil descendentes.

A Lituânia comemora a proclamação de sua independência no dia 16 de fevereiro, pois nesta data no ano de 1918 uma junta de intelectuais e políticos se reuniu e proclamou da independência, mesmo estando sob domínio czarista.

Diante disto a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná apresenta os votos de congratulação aos lituanos e seus descendentes, e em nome deste povo saudamos o Sr. Adilson Puodziunas, Secretário da Comunidade Lituana no Brasil - CLB.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 203

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado e ao Presidente da COPEL, Dr. Rubens Ghilardi, informar o que segue, a partir de 2006:

Quais as vendas procedidas pela COPEL a outras companhias de energia elétrica? Qual o volume, preço e prazos estipulados? Juntar cópia dos respectivos editais, avisos e contratos firmados?

Quais as compras procedidas pela COPEL a outras companhias de energia elétrica? Qual o volume, preço e prazos estipulados? Juntar cópia dos respectivos editais, avisos e contratos firmados?

Quais as projeções ano a ano até 2017 do balanço de geração própria e da demanda em sua rede de distribuição?

Apresentar um comparativo, a partir de 2006 e das projeções até 2017, entre o custo da energia gerada, preços de venda para terceiros e preços de venda para os clientes de sua rede de distribuição.

Apresentar um comparativo entre os preços de venda à CEMIG, CPFL e TRACTEBEL comparados aos preços de venda para os consumidores do Paraná e das

projeções dos preços que balizaram esta vendas com as projeções de oferta e demanda, estudados pelo Operador Nacional do Sistema - NOS e pela COPEL para os anos do contrato.

Quantas empresas participaram da concorrência promovida pela CEMIG, no qual a COPEL foi vencedora?

Por que a COPEL não foi promotora da venda de energia, dando oportunidade as demais interessadas da compra de competirem oferecendo preços maiores?

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(aa) FERNANDO SCANAVACA, GERALDO CARTÁRIO, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH E LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 245 “A”

Senhor Presidente:

O presente Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Sr. Heron Arzua Secretário de Estado da Fazenda, afim de que este, informe a esta Casa de Leis a quantidade de veículos, na modalidade caminhonetes picapes, carroceria aberta com capacidade para cinco passageiros ou mais e que no ano de 2008 foram tributados em 1% (um por cento), sendo que no exercício IPVA 2009 sofreram a incidência da alíquota em 2,5% (dois e meio por cento).

Solicitamos ainda, que esta informação sejam pormenorizada da seguinte forma:

Qual o número total de caminhonetes picapes carroceria aberta conforme já especificado, que anteriormente eram tributados em 1% e sofreram a incidência da alíquota em 2,5% (dois e meio por cento).

Deste total, quantos veículos constam na base com:

Valor Venal até R\$ 50 mil pela tabela FIPE; e qual o valor total do lançamento de IPVA correspondente;

Valor Venal acima de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil e qual o valor do lançamento de IPVA correspondente;

Valor Venal acima de R\$ 100.000,00 e qual o valor do lançamento de IPVA correspondente;

Dito isto, nosso requerimento é no sentido de podermos quantificar o exato valor em R\$ (reais) do imposto arrecadado nesta modalidade de veículo e que anteriormente, foram tributados em 1% (um por cento) e que passaram, a sofrer a incidência de 2,5% (dois e meio por cento).

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 208

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Chefe da Casa Civil, Dr. Rafael Iatauro e ao Sr. Rafael Greca de Macedo, Diretor-Presidente da

COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, informar:

Quantas e em quais Cidades há áreas destinadas a programas de habitação e que foram doadas, a partir de 2005, por Municípios paranaenses à empresa cujas obras ainda não tenham sido iniciadas? Informar as datas da doação e caso não tenham sido iniciadas as obras a sua justificativa.

Quantos e em quais Municípios estão situados os conjuntos habitacionais cujas obras estão em andamento? Qual a data de início das respectivas obras e prazo previsto para conclusão das mesmas?

Qual a origem dos recursos para execução dos conjuntos habitacionais? Há contrapartida dos Municípios ou do Estado no caso de recursos federais? Especificar a proporção da participação financeira em cada um dos conjuntos habitacionais em andamento.

Quantos conjuntos habitacionais, ainda, estão programados para execução? Quando deverão ser iniciados, em quais Municípios e qual a origem dos respectivos recursos?

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(aa) PLAUTO MIRÓ, VALDIR ROSSONI, MARCELO RANGEL, ANTONIO BELINATI, ELIO RUSCH, DOUGLAS FABRÍCIO, ADEMAR TRAIANO, LUIZ CARLOS MARTINS E FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 211

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Secretário de Estado de Transportes, através do DER-PR, para informar o seguinte questionamento:

Quais são os pontos mais críticos nas estradas estaduais em que ocorre o maior número de acidentes.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 230

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Secretário de Estado de Transportes, através do DER-PR, para informar o seguinte questionamento:

Quais são os critérios utilizados para a concessão de linhas do transporte intermunicipal;

Quais são as empresas concessionárias de transporte intermunicipal que estão operando atualmente no Paraná?

Enviar relatório com a data do término das referidas concessões.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) MARCELO RANGEL

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 026/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal, e artigo 21, da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Umuarama, constituída pelos Municípios de Umuarama, Alto Paraíso, Cruzeiro do Oeste, Ivaté, Perobal, Maria Helena, Xambrê, Altônia, Alto Piquiri, Brasilândia do Sul, Esperança Nova, Cafezal do Sul, Cidade Gaúcha, Douradina, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Mariluz, Nova Olímpia, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapejara e Tapira.

Art. 2º A Região Metropolitana de Umuarama terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplice apresentada pelo Prefeito de Umuarama e outro mediante indicação dos demais Municípios que a integram.

§ 2º O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada Município integrante da Região Metropolitana e de 3 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º Incumbe ao Estado prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º Compete ao Conselho Deliberativo:

I - Promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - Coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º Compete ao Conselho Consultivo:

I - Opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana;

II - Sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a Região Metropolitana:

I - Planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - Saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviços de limpeza pública;

III - Uso do solo metropolitano;

IV - Transportes e sistemas viários;

V - Aproveitando dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental;

Art. 6º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(aa) FERNANDO SCANAVACA
ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 faculta aos estados instituírem, mediante lei complementar, Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios visando planejar e organizar a execução de políticas públicas de interesse comum.

Esta previsão também consta na Constituição Estadual, que preceitua a necessidade de assegurar “a participação dos municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional”. Denota-se aí a importância de uma administração que envolva poder público e segmentos sociais.

Apesar de crises e dificuldades diversas, a região de Umuarama vem se desenvolvendo e reclama mecanismos capazes de lhe assegurar crescimento ordenado, com planejamento integrado de suas prioridades para a superação dos problemas que enfrenta juntamente com outras cidades, buscando a valorização de suas culturas e tradições, assim como o respeito de suas individualidades.

Diversas outras regiões do Paraná buscam este nível de organização, seguindo o exemplo da Região Metropolitana de Curitiba que foi constituída ainda em 1973, entre as primeiras Regiões Metropolitanas do Brasil, sob a designação de “Coordenação da Região Metropolitana do Brasil de Curitiba (COMEC)”.

Os avanços obtidos com a integração dos municípios e a unidade que se alcança na coordenação de objetivos comuns são de domínio público, razão pela qual se espera que esta indicação seja acolhida.

PROJETO DE LEI Nº 027/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Dia da Lituânia e dos lituanos no Estado do Paraná, a ser comemorado, anualmente, no dia 16 de fevereiro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

Todo o dia 16 de fevereiro os lituanos comemoram a proclamação da independência da Lituânia. Essa data tem origem a partir de 1918, quando, então, uma junta de políticos e intelectuais da Lituânia se uniu e proclamou o referido ato. Diz-se proclamação da independência, pois a Lituânia naquela época estava sob o jugo czarista. Não obstante este relato, esta data é considerada a Data Nacional da Lituânia.

Estima-se que no Brasil existam mais de 300 mil descendentes, sendo que no Paraná há registro de pelo menos 10 mil descendentes. Muitos destes descendentes fazem parte da história de nosso Estado, destacamos algumas famílias como Snabaitis, Batyras, Zumas, Vilkas, Muraska, Jankevicius e Juratis. Alguns são comerciantes, professores da UEL, profissionais liberais. Enfim paranaenses que merecem ver sua ancestralidade homenageada.

PROJETO DE LEI Nº 028/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Torna obrigatória a existência de equipamento de condicionamento de ar em ambulâncias destinadas a qualquer tipo de transporte, remoção, resgate e atendimento a pacientes, com ou sem risco de vida, em todo o Estado do Paraná.

Parágrafo Único. A determinação deste artigo somente se aplicará aos veículos adquiridos após a publicação da presente da presente lei.

Art. 2º Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/02/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa por fim ao sofrimento que tem imposto aos pacientes que se utilizam dos serviços de ambulância em nosso Estado. Pacientes, nos mais diversos estágios de gravidade de saúde, incluindo o risco de morte, são transportados em condições muitas vezes lamentáveis. Muito calor ou muito frio expõe os usuários a um sofrimento adicional em sua saúde, obrigando, por vezes, que se viaje com a janela do veículo aberta para “ventilar” melhor o seu interior. As condições adequadas no transporte dos pacientes por certo contribuirão para a aceleração de sua cura quanto que do contrário oferece riscos graves.

Deste modo, para garantir melhor qualidade no atendimento e minorar os riscos a que estão expostos os pacientes transportados, importante se faz tornar obrigatória a presença de equipamentos de climatização nos veículos utilizados.

São estas as razões, que nos levam a submeter o presente projeto de lei à apreciação desta Casa Legislativa, na expectativa de que seja discutido e a final aprovado na devida forma regimental.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro Deputado inscrito, Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Deputado Nelson Justus, nosso Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, também os nossos visitantes e a todos que nos acompanham pela TV SINAL.

É com preocupação que nesta tarde venho à tribuna para falar da angústia e da revolta que se instalou à mais de 3 mil famílias de moradores da Fazenda Rio Grande e também de Mandirituba, com a instalação da praça de pedágio lá na rodovia BR-116, que isolou várias famílias, vários moradores que portanto perderam o acesso à BR-116. De forma abrupta a concessionária Alto Planalto colocou cascalho na entrada, impedindo que os moradores de cinco bairros, cinco comunidades tenham o acesso que tinham há mais de 100 anos a esta rodovia. Trancaram a rodovia, que é a antiga 116, que ligava Curitiba a Rio Negro. Este acesso prejudica a comunidade do Jardim Veneza, do Jardim Colonial, do Campo da Cruz, do Ganchinho e de São Sebastião.

Ontem essas comunidades, de forma organizada, fizeram um protesto com aproximadamente 2 mil pessoas, solicitando solução. Ontem à noite fui convidado, compareci lá na Fazenda Rio Grande numa reunião com aproximadamente 500 pessoas. A revolta é muito grande! Uma comissão foi escolhida pelos moradores e esta comissão está aqui conosco, representada pelo Fabiano Ferreira, pelo Gilmar Chiapete, pela Ana Elisa Peixoto do Amaral, também esteve conosco a Vereadora Professora Irani. Estamos também com a presença aqui dos nossos companheiros e companheiras que integram o fórum contra a concessão de pedágio no Paraná e no Brasil. Está aqui a Rose, também o Mezzadri que é o nosso coordenador do fórum. Eu integro o fórum desde a sua fundação. Está chegando aqui o Deputado Romanelli, que também é integrante desse fórum.

Não podemos aceitar, de forma alguma, que a entrada e a saída destas comunidades na BR-116 sejam interrompidas. O direito de ir e vir destas comunidades não pode ser interrompido, e foi interrompido de forma abrupta. A comunidade está revoltada, não aceita, tirou em assembleia ontem à noite a proposição de vir até a Assembleia para pedir o apoio de todos os Deputados e Deputadas desta Casa para que possamos, na sequência, ir até a Ministério Público Federal para também, neste

órgão, pedir o apoio e o empenho para que estas comunidades retomem a sua rotina. Do contrário vão fazer mais protestos, vão ocupar aquela praça, vão impedir o seu funcionamento.

Estamos aqui, neste momento, para pedir o apoio para além da Assembleia Legislativa, de todos aqueles que puderem contribuir e somar-se a estas comunidades para não terem prejuízo, porque o prejuízo é muito grande e entendemos que a comunidade não pode, os trabalhadores e trabalhadoras, os empresários daquelas imediações ter o acesso interrompido. Esse acesso sendo interrompido terão que caminhar três, quatro quilômetros para tomar um ônibus e isso prejudica todos os moradores.

Concedo o aparte ao Deputado Romanelli.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

O Sr. Luiz Claudio Romanelli

Agradeço. A única forma de poder apartear o nobre orador é porque agora ele está falando no horário da Liderança do PT. O que interessa na verdade, Sr. Presidente, Professor Lemos e demais Deputados e Deputadas, o Professor Lemos traz à tribuna desta Casa um problema gravíssimo e que aqui na tribuna de honra existem os representantes dessas comunidades que estão sendo atingidas pela implantação de um pedágio, o famoso pedágio, mais um pedágio, desta feita na BR-116, no sentido sul, entre os Municípios de Fazenda Rio Grande e Mandirituba. Por conta de uma decisão tomada pela concessionária, há o fechamento de uma rodovia, como bem relatou o Professor Lemos.

É um caso muito parecido com aquele de Jacarezinho, daquela luta empreendida por aquela valente guerreira, a professora que é Presidente do núcleo APP-Sindicato de Jacarezinho, professora Ana Lúcia Bakon, que foi vitoriosa. Lá conseguimos fechar o pedágio por decisão do Juiz Federal, depois da representação feita ao Ministério Público Federal e ao mesmo tempo, é claro, pelas decisões sábias tomadas especialmente pelo Desembargador Lugon, relator do agravo, ou seja, do recurso formulado pela concessionária Econorte, no âmbito do TRF-4. Por que estou relatando isso? Porque depois de ter perdido no STJ foram ao STF e o Ministro Gilmar Ferreira Mendes, de forma provisória, reabriu o pedágio.

O que quero dizer é o seguinte: este caso, pelo que me foi relatado hoje, recebi a comissão inclusive dos integrantes do fórum de luta contra o pedágio do Estado do Paraná, nossa companheira professora Rosiglan, e está aqui presente também o nosso ex-Deputado Acir Mezzadri, que vejo aqui na tribuna, é no sentido de poder encontrar uma solução. Relatam que são mais de 500 famílias que estão impedidas de utilizar uma rodovia, que era a antiga rodovia que ligava a Rio Negro. E ao mesmo tempo a dificuldade é justamente no sentido de fazer com

que essas famílias possam encontrar uma solução. O pedágio foi posto no pior local que tinha topograficamente, e ao mesmo tempo com todas as condições para poder aumentar a tarifa desse trânsito urbano, de deslocamento de um bairro rural do Município de Fazenda Rio Grande e de Mandirituba, no caso específico.

O fato, Deputado Professor Lemos, é que não tenho dúvida, V. Exa. traz à tribuna um fato extremamente grave. Mas ao mesmo tempo os precedentes que temos são muito importantes para poder amparar essa lei. Hoje pela manhã eu dizia: o caminho é acionar o Ministério Público Federal, para que possamos chamar a concessionária e encontrar uma solução para essas famílias. Lamentavelmente a praga do pedágio, infelizmente, está implantada no nosso Estado. E ganhamos agora esse presente, com mais novos pedágios implantados, especialmente esse que interrompe a vida normal das pessoas. Prejudica muito o Município de Mandirituba, vai prejudicar Fazenda Rio Grande, mas fundamentalmente prejudica essas famílias que moram ao lado, moram próximas e dependem do acesso, as crianças não podem ir a escola, o ônibus não circula mais, porque vai ter que pagar o preço do pedágio.

Entende que V. Exa. traz um problema que é relevante e ao mesmo tempo esta Casa tem que se mobilizar, tem que encontrar mecanismos. Entendo também que temos que buscar junto ao próprio Estado, ao DER, à Secretaria dos Transportes, para que se mobilizem também para encontrar soluções. E cobrar do DNIT, da ANTT, do Governo Federal, da concessionária, uma solução para que a antiga rodovia possa continuar funcionando e transitando normalmente, fazendo com que a vida das pessoas possa ser normal.

Minha inteira solidariedade. Estou aqui mobilizado com V. Exa. e certamente vamos estar trabalhando juntos para podermos encontrar uma solução para essas famílias. Parabéns a V. Exa. pela postura, pela conduta e pela firmeza de vir à tribuna e cobrar uma solução para resolver a vida de centenas de famílias que estão com o seu direito de ir e vir interrompido.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT)

Na assembleia da comunidade, ontem, à noite, ficou aprovado o imediato ato de abrir a rodovia, porque foi fechada de forma abrupta, sem avisar a comunidade. Foram pegos de surpresa. Abrir imediatamente o acesso para entrar e sair, construir uma trincheira naquele espaço e também construir o asfalto para evitar que se aglomeressem muitos veículos passando na trincheira. Isto pode e deve ser feito, e tem que ser feito com urgência, para que esta comunidade que já está sendo prejudicada com a implantação do pedágio, não seja penalizada e cerceada no seu direito de ir e vir.

Vamos também pedir licença aos companheiros e companheiras da Sessão, vamos até o Ministério Público acompanhados da direção do fórum e convidamos tam-

bém os Deputados e Deputadas que puderem ir conosco ao Ministério Público Federal. Sejam bem-vindos a esta causa, que é muito importante para a população que mora...

O Sr. Geraldo Cartário (PDT)

Vou me pronunciar daqui a pouco na tribuna a esse respeito, mas se V. Exa. se dirige ao Ministério Público Federal, só para lhe encurtar o caminho, para ganhar mais tempo visto que a estrada é municipal, se a estrada é municipal é a nossa Justiça do Estado. Cabe uma representação, uma petição ao Fórum da Fazenda Rio Grande que é Comarca, se dirigir ao Juiz que foi auferido o direito de ir e vir do Município da Fazenda Rio Grande. Não tem nada com o Ministério Público Federal, porque o Ministério Público Federal daí tem que consultar o Presidente da República, o Sr. Lula, o porquê que ele implantou e criou o pedágio na rodovia federal.

Então, para evitar mais desgaste, e creio que esse assunto não se trata de problema de política partidária, mas sim de falarmos do Município que há 35 anos atrás eu já era Vereador. Essa estrada que V. Exa. cita não é bem por aí. Mas vou falar daqui a pouco na tribuna, certamente que V. Exa. não conhece tanto a Fazenda Rio Grande e Mandirituba como eu, por isso que eu vou lhe abrilhantar, vou lhe dar mais informações e elementos para que V. Exa. possa se pronunciar com mais propriedade.

Muito obrigado.

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT)

Agradeço o aparte do Deputado, quero contar evidentemente com a sua experiência, com o apoio que V. Exa. tem lá na Fazenda Rio Grande e Mandirituba, com a sua ajuda para que possamos também, no Ministério Público Federal, porque a BR-116 é federal. Já há uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal, Seção do Paraná, para o impedimento daquela praça de pedágio naquele espaço. É importante irmos também ao Ministério Público Federal. Não vamos deixar de acolher a contribuição importante do Deputado. Vamos também à Justiça Estadual, ao Fórum da Fazenda Rio Grande. Não vamos deixar de acolher a importante contribuição de V. Exa. que é um dos fundadores da Fazenda Rio Grande. Acolhemos a sua contribuição e convidamos o Deputado para estar conosco também no Ministério Público Federal, se for possível.

Quero, de fato, concordar com o Deputado, que não conheço a Fazenda Rio Grande tanto como ele conhece, mas tenho disposição de contribuir também com cada moradora e cada morador lá da Fazenda Rio Grande e também de Mandirituba.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Pequeno Expediente, a próxima oradora inscrita, Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Quero me somar aqui à preocupação do Professor Lemos, também somos solidário, acredito que é um tema que precisa ser aprofundado sim, precisa ser discutido e precisa de uma solução. Conversava isso com o nosso líder Péricles de Mello, claro que queremos e vamos buscar juntos, o mais breve possível, uma solução, porque não podemos isolar toda uma comunidade.

Uso da tribuna nesta tarde para comunicar que no dia de ontem estivemos em Brasília, entre várias audiências que tivemos, a primeira foi com o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e a segunda, cerca de mais de duas horas debatendo o assunto que é de interesse de todo o nosso Estado do Paraná, que foi a audiência com o Secretário Nacional de Agricultura Familiar, Adoniram. Nessa audiência estava a representação dos três Estados do Sul: Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, mas principalmente o Paraná estava muito bem representado. De uma maneira especial o Sudoeste do Paraná, o Presidente da AMSOP, Sr. Celso Munareto representando todos os Municípios do Sudoeste, que são 42 Municípios. Também estava o Presidente da Associação da Câmara de Vereadores do Sudoeste, Sr. Elio Alves, representando tanto a ACAMSOP nº 13 como a ACAMSOP nº 14, representando os 42 Municípios do Sudoeste.

A audiência foi marcada pela FETRAF-Sul e estivemos acompanhando essa audiência levando ao Secretário Nacional da Agricultura Familiar os problemas causados pela estiagem no Sudoeste.

Segundo o DERAU o Sudoeste tem uma perda de cerca de 55% da produção do milho da safra deste ano, cerca de 50% é a perda com relação à safra do feijão. Em torno de 25 a 30% é a estimativa da perda da soja. A estimativa é de 40% de perda na questão do fumo e também na produção do leite. Houve uma queda muito grande durante a estiagem, segundo o DERAU, mais de 20% foi à diminuição, a perda que tivemos em relação a produção do leite.

Foi entregue uma pauta da reivindicação para o Governo Federal, para o Secretário Nacional da Agricultura Familiar, mas também essa pauta será entregue ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, ao Ministro da Agricultura que, com certeza, juntos vão debater os pontos ali citados. Alguns já atendidos como a questão da prorrogação da dívida. Mas causou bastante preocupação a todos nós que estamos nessa audiência, porque cerca de 35 mil agricultores estão, pelo quarto ano consecutivo, ou seja, a quarta safra, em três houve uma perda bem significativa. Teve que recorrer na questão da renegociação da dívida, apoio do Governo do Estado, apoio do Governo Federal. Falo desses 35 mil, não só do Paraná, que envolve parte da região de Santa Catarina e parte da região do Rio Grande do Sul. São agricultores de quatro safras, três safras foram frustradas.

É importante fazermos o debate sobre o que ocorre com relação a isso. Por que é que pela terceira vez, praticamente consecutiva, tivemos grandes perdas? Os agricultores têm suas safras frustradas e precisam recolher dos Governos, seja do Estado do Paraná, seja de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul ou mesmo do Governo Federal.

Essas são as reivindicações lá apresentadas. Tivemos a questão da renegociação da dívida, a questão de uma bolsa-estígio para os agricultores que plantaram sem financiar mas tiveram perdas. Isso comprovado com laudo técnico, como a vistoria da propriedade. Enfim, a pauta foi extensa, ficaram muitas coisas a ser encaminhadas tanto pelo Governo Federal, como também algumas das reivindicações apresentadas é preciso discutir mais no nosso Estado do Paraná.

Participamos no dia de ontem dessas audiências e esperamos poder ver tanto o apoio do Governo Federal, como aqui no Estado já estamos discutindo, conversamos com o Secretário da Agricultura, Valter Bianchini, o Governador Roberto Requião também já tem declarado apoio aos agricultores. É preciso que em breve possamos dar uma resposta para os agricultores que estão esperando uma resposta maior, um apoio com relação às perdas que tiveram, que ocorreu no final do ano passado, início deste ano.

Agradeço e deixo um convite que amanhã, às 10h30, vai ser inaugurado o primeiro Mercado Orgânico, no Mercado Municipal e terá a presença do Ministro do MDA, Guilherme Castro. Então, é o primeiro Mercado Orgânico, a ser inaugurado no Mercado Municipal, amanhã, às 10h30.

Obrigada, Sra. Presidente. E fica o convite a todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Esta Casa registra e agradece, a pedido do Deputado Waldyr Pugliesi, a presença do Ilmo. Vereador da Cidade de Arapongas, o Wilson Aparecido Xavier. Seja muito bem-vindo a esta Casa!

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sra. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Na realidade, falava com o Deputado Cheida que apenas usaria a tribuna para fazer um registro, que me parece ser uma lembrança, na verdade, sobre um tema que o Deputado Cheida, eu e alguns outros Deputados, já há algum tempo, temos discutido aqui nesta Casa, que é a construção da usina de Mauá. É aquela famosa usina entre Ortigueira e Telêmaco Borba, que a COPEL se propôs a construir e entregar, sendo que já há a contratação para entrega de cerca de 360 megawatts de energia a partir de 2011 no mercado aberto de energia, e que por cima

uma série de ações, inclusive do Ministério Público Federal, essa usina está agora suspensa, está temporariamente suspensa, e para nossa surpresa, hoje, o Sr. Rasca Rodrigues, que é uma pessoa que está inclusive no IAP e ontem estava respondendo alguns questionamentos feitos pelo Ministério Público Federal, e as informações que temos nos jornais é que o início dessa usina só se deu por uma existência do Governo Federal.

Lembro que há um ano nós aqui questionamos justamente isso, porque o Governador Requião já havia se manifestado contrário à construção da usina há alguns anos, se o Paraná deveria continuar sendo um Estado que perde não só território, mas inúmeras situações positivas que ele teria com esse território para gerar mais energia elétrica, para exportar essa energia elétrica, e em função disso torna-se um estado cada vez mais dependente, inclusive de outras alternativas.

Acho que o que aconteceu nesses últimos dias, nessas últimas semanas, mostra que será muito mais prudente que analisemos Mauá sob um outro ponto de vista, e talvez Mauá inclusive não seja, de fato, construída, Mauá talvez tenha que ser repensada, temos que repensar o nosso consumo de energia elétrica e mais do que isso. O Deputado Cheida tem um projeto aqui nesta Casa de tombamento de três rios, os únicos três rios em que não temos barragens: o Ivaí, o Piquiri e o Tibagi, como uma compensação pela grande quantidade de território que nós perdemos para a produção e entrega de energia elétrica ao Brasil.

Então, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, acredito que o que está acontecendo neste momento não é nada de mais e nada de menos do que o reconhecimento, inclusive do Ministério Público Federal, de que estamos em uma situação que deve, no mínimo, ser pensada com mais cuidado.

Lembro que essa usina de Mauá cobre, em princípio, cerca de 12 alqueires de carvão, que estão colocados a céu aberto próximo a Ortigueira, na região de Ponta Grossa, que pode comprometer - não está comprovado, mas há uma suspeita - a água de Londrina e região. Sabemos também que há diversas espécies da biodiversidade que ainda sequer foram estudadas e sabemos também que a grande riqueza do nosso País, do nosso Estado, dentro de alguns poucos anos, menos do que qualquer bem material, menos do que qualquer bem industrial, será o potencial hídrico de uma forma sustentável do Estado. E é nesse sentido que acho que Mauá deve ser repensada.

Há alguns meses atrás havíamos procurado a COPEL, colocado para a COPEL, em que pese o seu interesse e o interesse dos seus acionistas, que é legítimo, de construir usinas e terem um rendimento maior com a venda de energia elétrica, que é o negócio, mas nós tínhamos procurado a COPEL para que tivéssemos um debate prévio a respeito das 350 famílias que perderão - caso a usina seja de fato concretizada - as suas propriedades e que até o presente momento não têm nenhuma alternativa concreta, nenhuma alternativa viável,

nenhuma alternativa documentada, porque foi dito muito que seriam transferidos, que seria feito um modelo a exemplo do que foi feito já no Sudoeste do Paraná, foram feitas duas Audiências Públicas e um debate na própria região de Ortigueira, que eles teriam o Salto Caxias como um modelo para a transformação daquela área numa área de pequenos produtores rurais, seriam reassentados na própria localização.

Acho que há boa intenção da COPEL em fazer esse debate. Vamos ter no final do mês de março um grande encontro de movimentos dos atingidos de barragens no Sudoeste do Paraná. E acredito, Deputada Cida, que com essa paralisação será um momento extremamente oportuno para que, tanto eu como a Deputada Luciana Rafagnin, que é do Sudoeste, que vai estar presente, a Deputada Rosane que é ligada ao meio ambiente; Deputado Cheida, que tem o projeto de lei de tombamento dos rios, para que possamos fazer esse debate sem passionalismo, mas um debate que possa nos dar a garantia e segurança que Mauá, se acontecer, não será para trazer prejuízo ao meio ambiente e nem prejuízo à maioria da população. Será o contrário: para trazer benefício para a maioria da população do nosso Estado.

Por isso, quero registrar que eu vejo com muita satisfação não a suspensão temporária da usina, mas as declarações do Secretário Rasca, que finalmente admite que, de fato, não estava nos projetos da COPEL construir Mauá e que foi uma exigência do Governo Federal que deve ser repensada agora, à luz de uma outra realidade, inclusive à luz de uma outra situação econômica que o País e o mundo está vivendo.

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (PDT)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Abordou nesta tarde, há poucos minutos atrás, aqui nesta Assembleia, o Deputado Lemos, assuntos referentes ao Município de Mandirituba e da Fazenda Rio Grande. O Deputado Romanelli também, no seu aparte, criticou o local do pedágio. A nossa pergunta na tarde de hoje é: em algum ponto do Paraná foi bem colocado o pedágio? Se existe por parte dos técnicos, que escolheram ponto A ou ponto B, e o povo está aplaudindo o local do pedágio? Que eu sabia, qualquer pedágio que existe é coisa do Satanás. Então, não existe local bom, nem local ruim. O pedágio no Paraná, lamentavelmente, existe. São Paulo tem pedágio, os Países europeus têm pedágio, o Rio Grande do Sul tem pedágio. Os critérios que se criam pedágio é que não são compatíveis, os critérios de cobrar dos nossos moradores. No caso específico gostaria que o

pedágio que existe em Mandirituba, Fazenda Rio Grande, fosse o mesmo pedágio que existe no restante do Paraná.

E faço um apelo aqui à Bancada do PT, que está demonstrando um interesse muito grande em defender o pedágio, que analise com profundidade, que convença o Governador Requião a devolver ao Governo Federal as rodovias federais, que estão cobrando, um alto preço o custo do pedágio, é porque a atribuição ainda é do Estado do Paraná.

Apresentamos aqui um requerimento para que o Governador abra mão desse pedágio e entregue para o Governo Federal. O Governo Federal cobrará o custo que cobrará em Mandirituba, Fazenda Rio Grande e Garuva. É isso que queremos!

Agora, chegar aqui o Deputado Lemos defendendo o Município de Mandirituba e deixar o restante! Mandirituba e Fazenda Rio Grande têm Deputados nesta Casa: o Deputado Francisco Bühner e o Deputado Luiz Carlos Martins.

Sabemos o quanto tem custado as vidas que o povo da Fazenda Rio Grande e Mandirituba têm perdido na BR-116. Isso o Deputado Lemos não falou. Só num acidente morreram 98 pessoas!

O pedágio, ao preço que será cobrado, o povo não está revoltado. Mas está sim revoltado com a forma abruptamente conduzida pela concessionária. O que o povo de Mandirituba e Fazenda Rio Grande quer é um tratamento para o trabalhador rural, que aqui não foi falado, como Jataizinho dá aos seus agricultores: eles não pagam pedágio. Ontem falei com o diretor da concessionária, e já estão estudando o procedimento empregado lá em Jataizinho para os agricultores. Sem carnaval nenhum!

Quem implantou o pedágio na Região Sul foi o Presidente Lula. Acho que ele agiu certo, por isso que ele está com 84% de aprovação. Porque não tem outra solução.

Hoje, em entrevista na Banda B, eu dizia que, nós políticos da Região Metropolitana, até Deputado Federal que já morreu, foi buscar voto e garantiu que iria conseguir a duplicação da BR-116. Tudo enganação! Governantes prometeram, Deputados prometeram, Prefeitos prometeram. Fecharam a rodovia diversas vezes. E a solução está no pagamento feito pelo povo de Mandirituba, Fazenda Rio Grande, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Vamos ter agora uma nova ponte no rio Iguaçu, ambulância permanente, carro guincho, graças ao pedágio. Esse pedágio vai ser pago pelo povo.

Então, classe política, faço um apelo ao Deputado aqui que falou: os políticos da nossa região têm que ter vergonha na cara, e não ficarem inventando aqui soluções. Pois ficamos mais de 30 anos com o povo morrendo na BR-116. Agora que se abre uma luz no túnel, vêm com a demagogia de que fecharam uma rodovia. A estrada fechada não dá acesso a lugar nenhum, ela cai em cima do pátio de um posto de gasolina que ninguém usa.

Mas se for para fechar essa rodovia, que não venham com demagogia do Ministério Público Federal, porque não é isso. Se a estrada é municipal, o Rossoni já foi Prefeito, o Chico Bühner foi Vice-Prefeito, o Waldyr Pugliesi foi Prefeito, sabem que a autonomia municipal, que a estrada municipal é nossa, é do Município, não cabe à Justiça Federal intervir, apenas à Justiça comum.

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

Eu implantei o pedágio, sim, o primeiro Prefeito a implantar pedágio no Paraná, na mesma rodovia que aqui se fala. A Justiça Federal, a Polícia Federal, revoltadas com o meu pedágio porque os caminhões desviavam a balança, passavam por uma estrada municipal, e eu cobrava porque a estrada era municipal. Aí vieram os advogados cariocas, veio a Justiça do Rio de Janeiro para me prender, porque eu estava induzindo e era conivente com o desvio da rodovia. E eu falei o seguinte: eu não sou conivente com nada, apenas quero o respeito, porque dentro do Município o Prefeito manda. Eu falei: o pedágio que eu implantei foi na rodovia municipal. E Justiça Federal falou: “Isso é problema do Município”. Aí eu falei para a Polícia Rodoviária Federal, para a Polícia Federal: querem que eu dê a solução? Fechem a saída, porque a estrada municipal cai na rodovia federal. Fechem a saída. A autonomia dos 35 metros é de vocês. E eles fecharam e está tudo resolvido. Eu não tenho com o que me preocupar.

Queria dizer ao Deputado Lemos, que infelizmente saiu, ele me pediu uma participação, vou lhe pedir uma participação, e ele que apresente a APP. Por favor, Deputado, deem aumento, falem para o Governador dar aumento às professoras aposentadas que há 12 anos não têm aumento.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)

Apenas para contribuir com o seu pronunciamento, esclarecer para quem está assistindo a televisão, que V. Exa. não fez pedágio na época em Mandirituba, quando V. Exa. era Prefeito, porque queria fazer o pedágio. É bom dizer para o povo entender, porque os caminhões estavam desviando da balança, com o peso além do normal, acabando com o asfalto da BR. Os caminhões começaram a desviar da balança, o que o Deputado Cartário fez? O Deputado Cartário, colocou um pedágio na estrada municipal, em Mandirituba, para aqueles caminhões que estavam desviando da balança pagassem. Eles entraram na Justiça, acompanhei tudo isso.

Agora, só para encerrar, não me alongar, quantos e quantos conseguiram votos e mais votos fazendo belos comícios na Fazenda Rio Grande, em Mandirituba, naquela região, prometendo a duplicação da estrada. Enganaram o povo. Alguns já morreram, outros não vol-

taram nem para a Assembléia e nem para Câmara Federal. Enganaram o povo vergonhosamente. E depois tínhamos que ir lá e dizer: eles estão enganando, é mentira. Aí, o povo achava que nós é que não queríamos fazer porque não tinha jeito.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Agora, que o local não é apropriado, nós sabemos. O ex-Prefeito Luiz Carlos Claudino alertou o Prefeito, que saiu recentemente, que ali não era o local. Mas, quem manda é o Governo Federal, porque a rodovia é federal. Não podemos culpar o Prefeito, nem o ex-Prefeito, coisa nenhuma. É o Governo Federal.

O Sr. Francisco Bühner (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Cartário, obrigado pelo aparte.

Quando se falava em merecido, é porque o senhor já foi Prefeito, Vereador de Mandirituba, da Fazenda Rio Grande, tem um conhecimento muito grande. Como eu tive a oportunidade de morar em Mandirituba quando estudava, com meu tio que foi Prefeito de Mandirituba, o Francisco Beraldino. Então, temos um conhecimento muito profundo das questões desses Municípios.

Quando o senhor falava das questões do nosso produtor, ele vem todo dia para o CEASA e, muitas vezes, sabemos que seus produtos não conseguem ser vendidos no CEASA. Eles já têm prejuízo, e mais o prejuízo da questão do pedágio que tem que ser pago. Então, é uma reivindicação justa sua que temos que resolver.

Agora, quanto à questão do nosso companheiro recentemente empossado, Deputado Estadual Lemos, é normal todo aquele que entra novo, que não conhece os caminhos, parece que vai resolver todos os problemas que existem no Estado do Paraná. Gostaríamos que ele desse o apoio, para que seja resolvida a questão da duplicação da BR. Isso é importante para o Governo do Estado. É uma questão de uma reivindicação. Bem como o senhor falou, muitos discursos foram feitos, muitos votos foram conseguidos através desse comprometimento de que iria sair a duplicação da BR-376, mas, enfim, nunca aconteceu. Aliás, levaram voto, mas isso não aconteceu.

Temos que continuar trabalhando. Parabéns por tudo aquilo que o senhor tem feito pelos Municípios e é assim o nosso trabalho do dia a dia.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Agradeço o aparte do Deputado Francisco Bühner.

Gostaria de dizer o seguinte: eu, como Deputado, com 35 anos de mandato, reconheço que no caso da duplicação da BR-116 fracassei, mas eu era apenas Vereador e Prefeito e Deputado Estadual. Fracasso maior é das autoridades maiores Governador, Deputado Federal, Senador, Ministro, enfim. Então, também me considero fracassado, porque quem vai resolver o problema da

rodovia agora é o dinheiro do povo. Aliás, sempre foi o dinheiro do povo.

Hoje estava, lendo no jornal que o Ministério da Educação vai comprar 3 mil ou 5 mil ônibus. Eu falo: mas o Paraná também vai comprar 5 mil ônibus. Certamente, São Paulo compra 50 mil ônibus. Não vai ter desemprego para a fabricação de ônibus no Brasil pelo jeito. É muita demagogia. É muita mentira que se fala e que fala, fala e não cumpre. Então, queria deixar claro aqui que vou pedir à empresa concessionária que abra a estrada. Viu, Francisco? Terão que abrir essa estrada.

O Sr. Francisco Bühner (PSDB)

Faço questão de assinar junto seu pedido.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Exato. Tem que abrir a estrada. A estrada não liga coisa nenhuma porque, como o senhor sabe, é um posto de gasolina. Não é rodovia. Logicamente, que quantos aos nossos agricultores de Mandirituba eles vão ser contemplados. A empresa vai conceder o direito de ir e vir, dentro daquele horário preestabelecido, para levar seus produtos até o CEASA. Caso contrário, só tem outra forma: se for para todo mundo ser contemplado, é o PT chegar no seu Presidente - tem mais acesso do que nós - e dizer o seguinte: "Olha, vamos acabar com o pedágio?" Vamos acabar com o pedágio de Mandirituba e acabar com o pedágio do Brasil inteiro, inclusive do Norte do Paraná.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Pequeno Expediente, próximo orador inscrito Deputado Carlos Simões.

Ausente no momento.

Com a palavra, portanto, próximo orador inscrito Deputado Luiz Eduardo Cheida.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sra. Presidente.

(Assentimento)

Estava feliz em ouvir o discurso do Deputado Carlos Simões, mas parece que ele não está no Plenário, neste momento. Seria importante. Aliás, é sempre uma satisfação ouvir o Deputado Carlos Simões, que é um grande orador e um grande radialista. Não está, não é? Deve estar aqui do lado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida.

**Deputado Luiz Eduardo Cheida
(PMDB)**

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sra. Presidente, nobres Pares.

As novas regras do Programa Nacional de Alimentação Escolar do Ministério da Educação, foram anunciadas pelo Presidente Lula, nestas últimas semanas. E elas dão conta de que 30% da merenda escolar deva vir da agricultura familiar. É uma exigência, uma portaria do Ministério, uma posição governamental, fazendo com que a agricultura familiar cresça contribuindo para a merenda escolar orgânica.

A idéia não é de todo nova. Aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, tramita um projeto que é de minha autoria, do Deputado Elton Welter e da Deputada Luciana Rafagnin, que é o Projeto nº 462/08. Ele obriga o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação, de forma gradativa, a instalar a chamada merenda escolar orgânica no Estado do Paraná.

Curiosamente esse projeto recebeu parecer favorável da CCJ, do Deputado e Relator Artagão Júnior. Mas, hoje, pela manhã, na discussão da CCJ houve um impasse quanto à posição que assumiria a Secretaria da Educação e a Secretaria da Agricultura com relação a esse projeto. Então, optou-se por retirar o projeto de pauta, enviar uma diligência a SEAB e à Secretaria da Educação, perguntando se as duas Secretarias estavam de acordo com a implantação da merenda escolar orgânica.

Ora, claro que ao apresentar esse projeto, os autores conversaram com as respectivas Secretarias. Eu próprio conversei com a Secretária Yvelise, uma Secretária excelente com uma sensibilidade grande para com as questões ambientais, educacionais, sociais. Recebi dela inclusive, os mais entusiásticos cumprimentos sobre o projeto. Até porque, o projeto é concebido para que se instale a merenda escolar orgânica de forma gradativa, no Estado do Paraná. E o Estado do Paraná tem algumas pessoas que, ainda são contra a instalação da merenda escolar orgânica porque, argumentam que o Paraná ainda não tem agricultura orgânica forte. Mas, que bom que ainda não tenhamos todo o alimento que a merenda escolar precisa, porque se não temos é sinal que podemos expandir, crescer.

O Governo do Estado compra mais de 1 milhão de refeições por dia. Por que não comprar refeições orgânicas? Aplicamos no Estado, mais de 4 milhões de quilos de veneno todos os anos. O que dá problemas seriíssimos, inclusive levando ao câncer e à morte de muitas pessoas. Agora, quando a Assembléia Legislativa resolve colocar em pauta que já tramita há quase um ano, instituindo esta idéia que será possivelmente pioneira no País, temos que aguardar agora as diligências que estão em curso.

Acredito e peço ao Deputado que solicitou essa diligência, que retire o seu pedido. Estou aqui na tribuna dizendo que as duas Secretarias são favoráveis ao projeto. E se não forem, o Governo pode vetar. Mas, que mal há em aprovarmos aqui um projeto desta natureza!

Volto a dizer aqui, já disse em outra ocasião, que segundo o DERAL, Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado, no

Paraná existem 5 mil e 300 produtores de orgânicos; a safra do ano passado foi de 107 mil toneladas, mas 10 anos atrás foi de 4 mil toneladas. Houve, portanto, um aumento de 103 mil toneladas. Esse é um dado escandaloso de bom. A projeção para os próximos 10 anos é que tenhamos uma safra de cerca de 2 milhões e 680 mil toneladas - um aumento de quase 3 mil%, ou seja, nós estamos perdendo o bonde da história.

O Ministro da Educação começa a falar sobre isto. O Governo Federal começa a implantar e no Paraná, que é um Estado campeão da produção de grãos, é um Estado eminentemente agrícola e que, portanto, sofre as mazelas de uma agricultura convencional que aplica veneno todos os dias, é uma nuvem de agrotóxicos que cobre o Paraná todos os anos. Temos a oportunidade de melhorar, mas a nossa Comissão de Constituição e Justiça quer uma diligência sobre algo que já está decidido, sobre algo que já está professado.

Venho, então, solicitar, encarecidamente, que retirem este pedido para que o projeto volte segunda-feira, tramita, vem a Plenário e aí decidamos o que é melhor.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra a próxima oradora inscrita, Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti, demais Deputados, demais Deputadas, antes de entrar no que especificamente me trouxe, gostaria de colocar uma situação para o Deputado Cheida.

Tive o prazer de participar ontem, pela primeira vez, como membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça. Estava presente na reunião daquela comissão quando o seu projeto, em parceria com o Deputado Elton Welter, Deputada Luciana Rafagnin, foi à discussão. O que eu senti, Deputado, foi por parte dos outros Deputados e pelo próprio Deputado que pediu vistas, um excesso de zelo para com o seu projeto. Sinceramente!

Não tive oportunidade de opinar, porque o Deputado pediu vistas, mas em momento nenhum eu senti por parte da comissão uma ação no sentido de criar um obstáculo pela tramitação. Não sei se no projeto não estava claro as diligências já feitas por V. Exa. às Secretarias da Educação e Agricultura, mas o que eu senti foi assim um excesso de zelo. Todos entendem a importância do seu projeto e o alcance dele. Mas algumas questões foram levantadas. Temos produtos suficientes para suprir o cardápio de A a Z? Exatamente. Mas aí é que está o grande problema e, é onde eu quero chegar com a minha fala.

Ontem foi a nossa primeira participação na CCJ e, mais uma vez vi naquela comissão que muitas vezes nos projetos, lá se discute mérito. Muitas, muitas vezes, muitas vezes. E digo mais, o senhor veja, discute-se tanto o

mérito de projetos que nós vivemos no final do ano passado nesta Casa as Audiências Públicas com relação a minirreforma tributária - convocadas por qual comissão? Pela CCJ. Para discutir no Paraná inteiro, o que? O mérito do projeto. Não é verdade? Aquelas Audiências Públicas, muito bem conduzidas, das quais algumas eu tive o prazer de participar, mas discutiam o que? O mérito. E ela deveria ter sido convocada por qual comissão? Provavelmente com a Comissão de Tributação, do Deputado Edson Strapasson. Mas não. A CCJ, muitas vezes chama para si a discussão do mérito.

Então, o senhor tem razão quando coloca esta questão que lá não seria o fórum para discutir o mérito. Mas eu também, como membro agora, ainda suplente, - ontem substitui o Deputado Reni Pereira naquela comissão - eu digo, em momento nenhum senti, tomo a liberdade de ter a defesa dos Deputados que lá estavam, porque em momento nenhum eu senti alguma intenção de só criar um obstáculo ao trâmite do seu projeto. Não. Pelo contrário, vamos aparar todas as arestas, vamos fazer com que ele trâmite, porque é um projeto meritório, com muito louvor e que nós precisamos aprovar no Paraná.

Então, eu queria deixar claro isto, até para lhe deixar mais tranquilo e eu tenho absoluta certeza que se o senhor tem essas diligências já feitas pelo seu gabinete, em parceria com os demais Deputados já nominados, tenho absoluta certeza que o Deputado que pediu vistas vai reconsiderar isso conforme seu pedido.

Era isso.

Peço agora permissão, para usar uma parte do meu Horário da Liderança, porque só me resta um minuto e um minuto é muito pouco para falar da minha cidade.

(Assentimento)

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Obrigada.

Subi a tribuna hoje para falar um pouco de Araucária que faz hoje 119 anos. Cento e dezenove anos de desenvolvimento contínuo, uma cidade que carrega consigo sempre a pecha. Digo que é pecha porque às vezes isso deixa de ser um prêmio para ser um problema, de umas cidades mais ricas do Paraná.

Araucária tem 115 mil habitantes, um orçamento de mais de 500 milhões para o próximo ano, uma cidade que tem indústrias de grande porte. Só a REPAR, lá instalada, hoje é responsável por uma arrecadação de ICMS de mais de 8 bilhões, 8 bilhões eu falei, de ICMS para o Estado do Paraná. Então é uma potência aquela cidade. Mas, Araucária ainda tem muitos, muitos problemas, tivemos agora, nos dois últimos anos, um investimento maciço do Governo Estadual no Município de Araucária e também não dá para negar. Construímos, depois de 117 anos, há dois anos atrás o nosso hospital municipal com participação efetivado Governo Estadual. Em Araucária

corre, a boca pequena, que o melhor Prefeito de Araucária é o Governador Roberto Requião, as pessoas falam isso, falam de um grande investimento em asfalto e hoje estou aqui para fazer um apelo a esta Casa, ao Líder do Governo, à Bancada do PMDB sobre a grande solicitação e o grande problema que enfrentamos em Araucária com relação à Educação à manutenção no tocante a infraestrutura das nossas escolas estaduais.

É uma coisa absurda que acontece numa cidade que é a segunda em arrecadação de ICMS, uma cidade rica, com relação à qualidade de ensino que nós prestamos! Pegamos os nossos índices hoje, considerados muito ruins no IDEB, e temos problemas sérios estruturais, sérios! Esta semana uma escola de Araucária foi para a Gazeta do Povo, com meia página, em relação à completa inadequação da estrutura física que os professores encontraram agora na abertura no ano letivo. Essa mesma escola, Deputada Cida, recebeu as TVs laranjas no ano passado e durante meses os televisores foram fechados numa outra sala, porque não havia a menor condição de instalar os televisores por falta de estrutura física, por falta de manutenção, de cuidado.

Conversamos nesta Casa, foi um dos primeiros documentos feitos pelo nosso gabinete, a solicitação de reformas, de ampliação, de cuidados com a estrutura física das escolas do Paraná. Discutimos na época, inclusive, com o Secretário, antes de ser Conselheiro do Tribunal, Maurício Requião, repetimos os documentos e não assistimos a coisa deslanchar na nossa cidade em relação a isso! Eu ainda digo: o melhor presente que poderíamos dar para uma cidade, quando se pensa no futuro, é o investimento em Educação, é educar os filhos dessa cidade. É impossível que continuemos da forma como estão as nossas escolas estaduais, porque isso desmotiva o corpo docente, isso deseduca as crianças e isso compromete, com absoluta certeza, o nosso futuro.

Concedo o aparte ao Deputado Chico Bühner, com todo prazer.

O Sr. Francisco Bühner (PSDB)

Só queria cumprimentar também pelos 119 anos de Araucária. Uma cidade como São José dos Pinhais, tem um crescimento muito grande na Região Metropolitana e é muito nova em vista de São José dos Pinhais. Vamos dizer jovem, mas tem um futuro muito promissor. Ficamos mais felizes quando a cidade elege Deputados locais, como você está aqui hoje, porque quem conhece das dificuldades, do dia a dia, que acompanha o Município, é quem vive e mora nesse local.

Você está de parabéns por estar defendendo a cidade de Araucária. Que bom que Araucária tem um representante aqui defendendo os interesses junto ao Governo do Estado, a Assembleia Legislativa e o Governador Roberto Requião. Quando você falou do Governador Roberto Requião, quero também cumprimentar que ele tem feito um grande trabalho pelo nosso Município de São José dos Pinhais, tem atendido as reivindicações e

acredito que de todo a região Metropolitana. Está de parabéns Araucária pelo seu aniversário, todos aqueles que vivem nesse Município e por ter escolhido uma Deputada atuante, que tem feito um grande trabalho na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Muito obrigado. É muito gratificante ouvi-lo.

Para concluir, quando se fala de Araucária, se fala da riqueza da cidade. Esperamos que esta riqueza seja verificada nas famílias, nos lares da sociedade, porque as pessoas que lá nasceram, que lá escolheram como moradia sintam essa riqueza nas suas vidas. Araucária tem ainda os mesmos problemas, e tenho certeza absoluta que ela não difere muito de Colombo, de São José dos Pinhais. Temos hoje mais de 100 famílias em área rural, no último levantamento eram cerca de 130 famílias que não têm água, não têm acesso à água, ainda dependem de caminhões pipa para abastecimento.

Temos um investimento muito pequeno em telecomunicações, temos áreas de Araucária completamente isoladas, onde não conseguimos levar a linha telefônica, não consegue se levar um telefone público. Temos um déficit habitacional de mais de 4 mil moradias, isso no cadastro efetivo, de pessoas que se inscrevem para uma moradia popular, isso sem contar todas as outras que não acreditam no sistema, não se inscrevem e continuam pagando seus aluguéis a vida toda. Temos uma área imensa de ocupação. Área que os problemas, só neste Governo, foram atenuados.

Temos que dar a César o que é de César. Hoje, pelo menos, essas áreas de ocupação estão tendo acesso à água, o que até então era negado a esse locais. É ocupação, não podemos levar energia elétrica, não podemos levar água. E nós encharcávamos aquelas pessoas de remédios, porque o remédio era obrigação dar. Agora, infraestrutura para que essas pessoas deixassem de adoecer era proibido. Isso melhorou muito. Hoje a SANEPAR já permitiu as ligações. Não podemos dar água, porque senão legitimamos essa ocupação, mas aí não se faz nada no setor habitacional. Simplesmente se cruza os braços e deixa como está. Isso já foi um avanço.

Essa minha fala aqui, não quero que o Governo do Paraná, os Deputados do PMDB, que não entendam como uma crítica, muito pelo contrário. Reconheço todos os avanços que se deram neste Governo com relação à minha cidade. Mas tenham na minha fala um apelo de uma Deputada que sabe que a Educação é o único caminho para levar o País ao desenvolvimento tão sonhado por todos nós.

Era isso. Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Inicialmente, quero sair em defesa do Deputado Lemos, nosso companheiro do partido, que tomou posse este ano, uma liderança das mais respeitadas do Paraná. Foi dirigente da APP - Sindicato durante longos anos, Presidente no último mandato, tem feito um trabalho de mobilização comunitária permanente na APP, o seu mandato é exemplar, tanto que o Deputado pegou uma grande votação no Estado, uma campanha ideológica dentro dos princípios que regem a defesa da Educação.

O Deputado Lemos foi chamado por uma comunidade que enfrenta um problema concreto com a abertura do pedágio na BR que liga São Paulo a Curitiba. Tenho certeza que todas as atitudes tomadas pelo Professor Lemos nesse caso vai trazer uma nova luz, sem dúvida nenhuma vai buscar uma solução para que essa questão que vai afligir outras cidades também. O problema é que o pedágio foi aberto, a praça de cobrança, e uma estrada foi fechada. Ele vai procurar uma solução, Deputado Cartário, vai liderar junto com o senhor a favor da população da Região Metropolitana de Curitiba, Mandirituba, Fazenda Rio Grande.

Só queria colocar essas palavras pela confiança que deposito, pela forma correta de conduta do Professor Lemos, nosso companheiro de bancada.

Estou apresentando e já assinaram 33 Deputados, junto comigo, Professor Lemos, uma moção de apelo ao Governador Requião. Na Sessão de ontem apresentamos dois requerimentos, um assinado por mim, o outro pelo Professor Lemos, sobre o mesmo assunto. Uma solicitação ao Governador do Estado e ao Secretário da Educação que contratem os professores que forem aprovados no concurso público para o magistério do Paraná, que ainda não conseguiram registrar os seus diplomas. Diploma da VIZI-VALE, que são 35 mil professores, 12 mil fizeram cursos, condições perfeitas, estavam no exercício efetivo do magistério, e não conseguiram o diploma ainda.

Então, solicitamos esse requerimento, que o Governador e a Secretária da Educação, Yvelise, contrate os professores e eles terão três anos, que é o período de estágio probatório, para apresentar os diplomas devidamente registrados.

Nós preferimos, hoje, fazer uma ação mais forte. Tinha anunciado ontem, já desta tribuna, estamos encaminhando uma moção de apelo com o mesmo conteúdo dirigido ao Governador Requião e a Secretária Yvelise Arco-verde e 33 Deputados já assinaram.

Por que essa moção? Esta claro ao povo do Paraná que esta Assembleia Legislativa, pela unanimidade, Srs. Deputados, tem uma posição favorável ao registro desses diplomas, por vários motivos que foram aqui já muito discutidos. Essa Assembleia votou por unanimidade a moção de apelo ao Presidente da República e ao Ministro da Educação para registrar os diplomas.

Aprovou uma lei determinando as universidades paranaenses que fizessem o registro do diploma. A lei foi vetada e, porque tivemos algumas dúvidas sobre a legalidade, preferimos que o veto não fosse discutido e votado nesta Casa, até que se achasse uma solução consensual em Brasília. Estamos trabalhando para isso.

Então, de todas as maneiras, esta Assembléia tem uma posição favorável ao registro dos diplomas. Se isso é verdade, nada mais correto que aprovarmos uma moção de apelo neste momento ao Governador, porque além dessa nossa representação existem outros motivos. Primeiro, 300 Municípios paranaenses acataram o certificado de conclusão de curso da VIZIVALE. Temos milhares de professores que já trabalham nos Municípios, foram aprovados no concurso e contratados, inclusive tiveram ascensão na sua carreira sem ter o diploma, apenas com o registro.

Ora se 300 Municípios agiram dessa forma, Sr. Presidente Deputado Zucchi, o Estado pode agir também na nossa opinião, efetivar a contratação e, esses professores terão três anos, quando vence o estágio probatório para apresentar o diploma registrado para consolidar a contratação.

Temos a mais absoluta certeza que nesses três anos, nós teremos os diplomas. Porque a própria Secretária Yvelise, quero fazer um elogio a Secretária, tem trabalhado de mão dada, com dedicação muito grande a esta causa. Ela participou com vários Deputados, com o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, com o Presidente da UNDIME, com representação da APP, da comissão formada em Audiência Pública nesta Casa, participou conosco defendeu aspectos positivos do curso. Ela viveceu esse curso, defendeu junto ao Ministro da Educação. Foi formada pelo Ministro da Educação uma comissão constituída pela Secretaria da Educação do Paraná, Secretaria da Ciência e Tecnologia e pelo Professor Romeu Gomes de Miranda - Presidente do Conselho Estadual da Educação e, por órgãos do Ministério da Educação para achar uma solução que está sendo encaminhada.

O que está se discutindo em Brasília, é que as universidades paranaenses acatarão o curso. Uma porcentagem das horas feita será consolidada e, darão uma complementação em parceria com a universidade aberta do Brasil gratuita à distância para os professores poderem registrar os seus diplomas.

Com tudo isso, tenho certeza que esta Casa vai aprovar essa moção de apelo, falei com o Líder do Governo Deputado Romanelli, precisamos conversar com o Governador, passar para ele tudo que está acontecendo já, tenho certeza que vou conseguir sensibilizar o Governador.

Os professores que forem aprovados, estão numa situação de desespero, essa é a palavra correta. Sabemos que a crise que o mundo está passando, o que representa para um cidadão brasileiro ter uma estabilidade e ser aprovado num concurso público para a sua vida, para a sua família e para a sua profissão.

Os professores têm ligado insistentemente, não só para mim, para o Deputado Jonas que tem sido procurado na sua base, Vereadores.

Precisamos conversar com o Governador para que possamos realizar o registro dos diplomas e dar uma tranquilidade aos professores.

Acho que estamos defendendo uma causa justa, repito, esses diplomas serão consolidados daqui a alguns meses, no máximo daqui um ano com essa postura nova do Ministério da Educação e com essa comissão que foi formada.

Peço e rogo aos Srs. Deputados, que aprovelem essa moção de apelo ao Sr. Governador Roberto Requião.

Por último quero destacar aqui que ontem o Partido dos Trabalhadores completou 29 anos de vida. Pude participar da fundação do partido, tive a honra de participar de um momento histórico, um momento novo. Em 10 de fevereiro de 1980 estive assinando o livro de fundação do PT.

Um momento muito importante da nossa história, um partido que foi uma novidade para os padrões de esquerda mundial. O partido tinha vertentes diferenciadas. Uma vertente muito forte ligada a Igreja Católica, os movimentos eclesiais de base ligados ao Conselho Vaticano II.

Uma outra vertente de militantes de esquerda que tinham sido militantes da esquerda tradicional, Partido Comunista, inclusive de organizações clandestinas na época do regime militar, saíram do Brasil e fizeram uma autocrítica ao chamado socialismo real do leste europeu.

Entendendo que essa experiência socialista, é de cunho autoritário e é a partir dessa crítica que esses militares, que voltaram ao Brasil depois da abertura política, buscaram a criação de um partido novo, diferente, um partido de esquerda democrático.

A terceira vertente, uma vertente ligada ao novo sindicalismo, cuja maior liderança que é o Presidente Lula, o novo sindicalismo que surgiu no ABC Paulista, as grandes greves de operários no final da década de 70, no momento em que o regime autoritário agonizava.

Essas três vertentes consolidaram o partido, um partido basicamente formado por trabalhadores, aquelas classes sociais que nunca tiveram vez e voz, e que levantaram suas cabeças fortaleciam as suas organizações comunitárias e passavam a agir e a construir a sua própria história.

Um partido que surgiu com a idéia de organização comunitária muito forte, baseado em lucros de base. Conheço os militantes desde o começo porque fiz movimento estudantil em 1976, 1977 em Curitiba. Em Ponta Grossa a primeira reunião do PT foi em 1979, nós saímos às vilas, com muita dificuldade sem recursos.

Para se ter uma idéia a primeira campanha em 1982, fui candidato a Prefeito em Ponta Grossa, o voto era vinculado de Vereador a Governador e a Lei Falcão, só podia aparecer a fotografia do candidato e o currículo na televisão. Lançamos o Edésio Passos a Governador e o

carpinteiro Manoel Isaias a Senador e não elegemos nenhum Vereador no Paraná, mas foi o nosso batismo na política e aprendemos muito e começamos, então, um processo de validação, de organização sindical, de oposição aos sindicatos pelegos, de formação das associações de moradores, de núcleos de estudantes, de sindicatos estudantis e de professores, de grupos culturais e tudo isso foi consolidando a história do nosso partido.

É uma história muito rica, e poucos partidos de esquerda tiveram uma experiência tão exitosa em tão pouco tempo e o PT contribuiu muito para que houvesse um outro sentimento no povo brasileiro. A eleição do Presidente Lula, no ano de 2002, 22 anos depois de formado o partido, é um marco na história da esquerda do mundo todo. Em 22 anos um partido da base trabalhadora e operária, um partido sem recursos financeiros e sem grupos ligados ao poder econômico poder chegar a governar o País.

Então, sem dúvida, é uma história que deve ser exaltada por todas as forças democráticas. E neste período o partido passa por uma crise profunda, uma crise que nos faz “sangrar” até hoje, que é chamada de crise do mensalão, e acho que o PT ainda deve fazer uma autocrítica mais profunda sobre este momento da sua história, que trouxe graves consequências para a vida do partido. Sabemos que as lideranças mais importantes do partido acabaram muito desgastadas com essa crise, que não foi discutida com a profundidade que merece e assim como aqueles adversários ideológicos do PT têm todo um arcabouço intelectual que tentam descaracterizar o nosso partido.

Sendo que agora mesmo foi lançado aqui em Curitiba um livro chamado O País das Petralhas, que é um combate muito duro ao Partido dos Trabalhadores e nós não conseguimos fazer a contrafação, ou seja, a autocrítica do nosso ponto de vista, a crítica de um problema que não é apenas subjetivo do partido, mas é um problema que tem raízes profundas na forma em que se faz política na sociedade brasileira, que se fundamenta basicamente na questão de financiamento de campanhas eleitorais - essa é a raiz da crise do mensalão, a busca de recursos para financiar campanhas. E o aprofundamento dessa discussão deve ser feito inclusive para trazer novas luzes para a reforma política e o, partido tem defendido essa postura.

Na minha opinião, não há nenhuma possibilidade de avanço na democracia brasileira, se não começar a acontecer o financiamento público das campanhas eleitorais, porque toda corrupção no Brasil nasce do vínculo entre o poder econômico e eleições. O candidato, para sobreviver à luta política, é obrigado a assumir compromissos de ordem econômica, captar recursos para fazer a sua campanha para poder se eleger e aí ele acaba assumindo um compromisso com aquele que contribuiu economicamente com a sua eleição. Essa é a raiz do mensalão e é uma das causas mais profundas do alto nível e índice de corrupção que existe no Brasil e a

reforma política pode trazer uma nova luz, uma transformação nesse aspecto.

Por isso, quero saudar aos 29 anos de história do partido, como Líder do PT nesta Casa, mas também apontar o caminho de uma autocrítica cada vez mais profunda sobre a crise do mensalão que se abateu sobre nós.

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

No horário do Democratas, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sra. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas.

Lia com muita atenção as notícias do nosso País e em especial aquilo que toca a cada um de nós que representamos a população do Estado do Paraná nesta Casa, que é a conversa do Plenário, a principal delas, as eleições de 2010, quando vamos eleger o Presidente da República, Senadores da República, Deputados Federais, Deputados Estaduais e em especial a reforma política que está sendo pretendida pela Presidência da República, pelo Governo Federal, pois no dia de ontem dois Ministros da República estiveram encaminhando ao Congresso Nacional uma miniproposta de reforma na lei eleitoral. E naturalmente isso vai fazer com que venha a ser discutida dentro do Congresso Nacional e votada, já prevendo uma regra, ou melhor, algumas pequenas mudanças para as eleições de 2010.

Vou aqui relatar, para ficar registrado nesta Casa, a vontade que o Governo Federal tem, pois através de sua proposta encaminhada ao Congresso Nacional essa vontade foi manifestada. A primeira delas, a infidelidade partidária. Nós tivemos, depois de uma ampla cobrança dos brasileiros, de entidades, para que se tivesse aí uma situação tal para que houvesse fidelidade partidária para todos aqueles que são eleitos pelo voto popular, para que depois de eleitos eles não pudessem mudar de partido dias depois, horas depois de eleito, pois o eleitor acaba votando no seu candidato em cima de um discurso político do qual ele faz parte, e nós víamos, horas depois, aquele que foi eleito nas urnas mudando de partido, mudando de posição, tomando uma atitude completamente diferente daquela que ele pregou na campanha eleitoral. E o Supremo Tribunal Federal acabou, através de uma decisão tomada pelo seu colegiado, decidindo pela fidelidade partidária, proibindo que políticos que venham a deter mandato, sendo eleitos, eles não possam mais mudar de partido.

Estamos vendo aqui, uma das propostas do Governo Federal é para que se libere a possibilidade da mudança partidária de todos aqueles que, um ano antes das eleições, quiserem pular de um partido para outro. É a famosa janela da infidelidade. Quer dizer, todos aqueles que estiveram apoiando e fazendo parte de um partido aliado ao atual Presidente da República, aliado do atual Governo, se lá perto das eleições, um ano antes das eleições, eles virem que a probabilidade de vitória está no candidato contrário àqueles que mandam no País no dia de hoje, o lado contrário do atual Presidente da República, essa janela vai permitir que todos, ou a grande maioria dos Deputados, acabem deixando esses partidos do qual fazem parte e pulando lá para o lado daquele que detém uma grande perspectiva de vitória. É a famosa fidelidade partidária, que todos pregam a favor dela, mas na hora das eleições acabam tomando destino completamente diferente daquele que ele tanto pregou e tanto defendeu.

Uma outra questão, uma votação exclusiva, na verdade uma votação que será possível se aprovada essa mensagem que o Governo lá encaminhou, fazendo com que o eleitor não vote mais no candidato e sim no partido, acabará a candidatura da qual o eleitor vai poder escolher o seu candidato, o candidato que ele acredita, o candidato que detém uma ligação, até mesmo muitas vezes por morar e residir dentro de um Município, de uma região, e o eleitor vai escolher o partido que ele vai votar, sendo que os candidatos farão parte de uma chapa, ele votará nessa chapa e não diretamente no candidato que ele tem vontade.

Uma outra mudança que pretende o Governo Federal, financiamento público das campanhas eleitorais, dinheiro do povo financiando político, dinheiro do povo patrocinando as campanhas eleitorais dentro do nosso País. Podia até pensar, aqui vou pensar um pouco em voz alta, se todos tivessem o dinheiro público e só o dinheiro público fosse permitido, todos teriam uma igualdade de condições. Mas a verdade é uma: sabemos que uma boa parte dos candidatos vai se utilizar do dinheiro público e receberá também apoio da iniciativa privada, e isso vai fazer a diferenciação entre um candidato e outro, porque a iniciativa privada vai continuar apostando e ajudando os candidatos que ela acredita. E os valores gastos nas campanhas terão diferenciação de candidato para candidato.

Outra proposta: a cláusula de barreiras, permitir que os pequenos partidos, com pouca expressão eleitoral, com 1% do eleitorado brasileiro, não poderão ter representantes dentro do Parlamento brasileiro. Eu, pessoalmente, tenho a minha opinião, acho que é correto, para que tenhamos em nosso País poucos partidos, que possam representar muito bem a nossa população.

Existem cinco correntes de pensamentos no nosso País: uma linha de centro, centro-esquerda e uma linha de esquerda, também uma linha de centro-direita e uma linha de direita. Por que ter mais de 30 partidos políticos? Não tem explicação! O correto é essas linhas de pensamento se

unirem em torno de um partido. Aí sim, esse partido será o representante desta linha de pensamento.

Essa ideia do Governo Federal sou favorável, para que tenhamos a limitação e a diminuição do número de partidos. Não são todos, mas uma boa parte dos partidos são utilizados como moeda de troca nas campanhas eleitorais e depois no processo administrativo do nosso País. Porque toda aliança político-partidária, na sua maior parte, não na sua totalidade, acaba sendo uma troca entre aqueles que conduzem os partidos e aqueles que disputam as eleições e depois são eleitos. Espero que seja aprovado dentro do Congresso Nacional.

Uma outra questão, a proibição das coligações proporcionais. Os partidos não mais vão poder unir seus candidatos numa chapa única, que é coligação partidária. Vamos ver os partidos políticos passando por um fortalecimento. Os candidatos ao Parlamento terão que escolher um partido e não farão parte dos pequenos partidos políticos. Uma ideia polêmica que o Congresso Nacional vai ter que debater.

Outra proposta: transformação em crime para todos aqueles que comprem votos. Aquele que comprar votos, depois de julgado, foi provado que comprou, vai responder processo criminal. Outra questão: a inelegibilidade para políticos que cometeram uma série de crimes. Políticos condenados não poderão sair candidatos.

Esses são os pontos que foram encaminhados ao Congresso Nacional. Sou a favor de uma parte deles, e a outra parte é um tanto quanto discutível, como essa questão da quebra da fidelidade partidária, dos políticos que mudam em cima da hora da eleição de um partido para outro. Repito, com certeza, uma boa parte daqueles que fazem parte da base do Governo vão pular para outros que tenham maior perspectiva de vitória. Infelizmente isso, para mim, é infidelidade partidária.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Deputado Plauto, veja se é isso que eu entendi.

Na eleição passada, para Governador, o Senador Osmar Dias não serviria para algumas pessoas. V. Exa. está dizendo que agora estão vendo o Senador Osmar Dias de outra forma. Já estão começando a se aproximar da cerca.

O Beto Richa, na eleição agora para Prefeito, tinha um grupo que achava que ele não poderia continuar como Prefeito de Curitiba, era muito piá. Enfim, já fez o que tinha que fazer, não serviria mais continuar como Prefeito. E esse pessoal também está roçando a cerca do Beto Richa. É isso?

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

É isso, Deputado. É exatamente isso.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

É por causa da janela. A liderança do Deputado Plauto é maior do que a própria liderança do partido.

Então é isso?

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Exatamente.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Será que o povo não está observando isso?

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Assim espero. A proposta encaminhada ao Congresso permite a infidelidade partidária, para que os políticos, um ano antes da eleição, possam pular do lado político que fazem parte, para o lado contrário. É exatamente isso. E vamos ver todos aqueles que criticam o Osmar Dias, o Beto Richa, que eles não serviam para o Paraná, agora se aproximarem, porque a perspectiva de vitória está do nosso lado, está do lado do Beto, está do lado do Osmar. E aqueles que estiveram do lado do atual mando, do Requião, estão começando a achar bonito o Beto Richa e o Osmar Dias.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito é o Deputado Antonio Belinati, no horário da liderança do seu partido, o PP.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente, Deputada Cida Borghetti, Deputado Jonas, Deputado Scanavaca, Deputadas, Deputados, telespectador da MERCOSUL e também da TV SINAL.

Ontem, comecei a abordar aqui, trocando até uma figurinha com o grande comunicador Azolin, da TV MERCOSUL, como é importante o turismo na economia de um País. V. Exa. conhece uma boa parte do planeta, Deputada Cida Borghetti, que os países que incrementam, que incentivam o turismo, não têm pobreza, não têm desemprego, circula muito dinheiro, é a tal da indústria sem chaminé. E aqui no Paraná, evidentemente, tem tanta coisa, ou como turismo ou como fonte de atração, que muitas vezes até eventos religiosos podem atrair multidões de vários cantos.

De repente, e tivermos aqui um grande centro estudantil no Paraná é outro ponto que atrai gente do País e até do exterior para estudar aqui, tendo grandes escolas como o Paraná tem. Tem a parte da Medicina, a cidade que tem um grande profissional na área da Medicina isso atrai pacientes de várias partes até do exterior. E temos outros pontos de atração como a exposição rural de Londrina, o show rural de Cascavel. Aqui temos a Estrada da Graciosa tem o Litoral, tem as coisas belas de Curitiba, Jardim Botânico, Ópera de Arame, o Museu Oscar Niemeyer.

A minha Cidade de Londrina tem o Lago Igapó, na divisa com Tamarana tem uma queda maravilhosa, que é

o salto do Apucarantina. Temos as Cataratas do Iguaçu, temos a Vila Velha. Não se pode confundir turismo com vagabundagem. O turismo alimenta a economia. Quem ganha com o turismo? O hotel, o restaurante, o garçom, o taxista, o motel, até a igreja, porque está fazendo turismo, está passando por uma cidade, vai à igreja, muitas vezes já faz uma contribuição para a igreja.

Então, o turismo fortalece a economia e contribui para diminuir o desemprego. Agora, é o que dizia o Azolin, trocando essa figurinha, por exemplo, o Parque de Vila Velha, coisa maravilhosa, coisa que Deus deu ao nosso Paraná. De repente essa Vila Velha que em outros tempos atraía milhares e milhares de pessoas, nobre Deputado Jocelito, nobre Deputado Plauto, vemos, passando uma pincelada no geral, que é o caso até do próprio elevador panorâmico de Vila Velha. Faz muito tempo que não vou lá, mas tem gente reclamando que não vai mais porque até o elevador está quebrado, faz mais de seis anos. Então, parece que tem gente que não entende a importância que é de deixar um parque bem cuidado, bem zelado, com toda segurança.

Nesta temporada, creio que foi a primeira vez que as praias do Paraná receberam um grande contingente policial para segurança dos veranistas. Mesmo com tanta gente, avaliamos que houve uma falha da segurança no morro onde aquele casal foi ali para seguir a trilha e, de repente, encontra um maníaco pelo caminho. Como esse morro é diferenciado, utilizado inclusive por aqueles que praticam esportes radicais, notamos que a Segurança Pública aqui do Paraná falhou e falhou feio, porque numa área estratégica, numa das principais praias do Paraná, não havia nenhuma segurança. Ali estava o maníaco que, de maneira cruel, sem piedade, matou o namorado, atirou na moça, friamente foi embora e, muitas horas depois, voltou para estuprar a moça. Ainda, com a maior frieza, perguntou se ela queria viver ou se ela queria morrer. Aquela moça passou 18 horas ali ao lado do cadáver do seu namorado, estendido ao lado dela. Ela disse que, pelas circunstâncias, preferia morrer. O que diz o maníaco? Então, você vai ficar mais tempo para sofrer ainda mais.

É um crime hediondo, até agora insoluto. Acreditamos que a Polícia vai pegar o maníaco. Tem o crime do outro maníaco, quem sabe pode ser até o mesmo, que matou, violentou a criança de nove anos, em pleno centro de Curitiba, que é hoje a quarta maior cidade do País em PIB. Em pleno coração da cidade, em pleno centro, um sujeito violentou uma menina de nove anos, matou, pôs numa mala e deixou na rodoviária. Também, até agora, insolúvel, não pegaram o maníaco. Em Londrina, Amanda, uma jovem universitária, é assassinada dentro da universidade onde estudava. Até agora o crime está insolúvel. E por aí vai, Presidente Cida Borghetti.

Agora, no caso de Caiobá, fico imaginando: se os canais de TV ficassem estampando a camiseta e o rosto do maníaco, acho que haveria de ter um parente que diria: “Opa, espera lá, é meu tio, meu pai, meu irmão, meu

marido que usava uma camiseta igual a essa. Mas que coincidência é essa? A camiseta era igual a que ele usava e o retrato falado que está sendo divulgado parece com o rosto dele. Então, acho que é ele.” Os canais de televisão e os jornais poderiam ficar estampando essa camiseta porque, geralmente, tem alguém na família que acha interessante uma camiseta, memoriza, sabe de quem é aquela camiseta. Acho que isso ajudaria, quem sabe, até algum parente a denunciar esse maníaco de Caiobá.

Na minha ótica, sou cristão, sou contra a pena de morte, mas tem horas que quando vemos um maníaco que tem a coragem de matar uma criança, colocar numa mala e abandonar na rodoviária, será que um infeliz desse merece viver? Para mim não. Um infeliz desse, um anormal, um monstro desse, como também do morro de Caiobá, merece ficar 20, 30 anos na prisão, comendo por conta do dinheiro do povo do Paraná? Para mim também não merece. Então, determinados crimes, muitas vezes, fazem com que repensemos essa ideia se a pena de morte é boa, se não é boa. Tem horas, Presidente Cida Borghetti, que parece que até a pena de morte é pouco, é leve demais para punir esses maníacos, esses monstros que estão impunes aí.

Nós já defendemos da tribuna. Isso dá desgaste político? Dá, mas eu defendo. Pega um sujeito que matou uma menina, põe em praça pública, castra o cidadão, coloca um monte de sal ali e deixa o povo cuidar dele. Só podemos fazer isso, evidentemente, com a mudança do Código Penal Brasileiro. Um sujeito que mata uma criança, coloca na mala e abandona na rodoviária, e tantos outros crimes terríveis que a opinião pública lembra no dia a dia, noticiado pela imprensa, pegar uma jovem, levar a Almirante Tamandaré, violentar, queimar, matar brutalmente, esse tipo de gente nem prisão perpétua resolve! Ou prisão perpétua, ou pena de morte, é muito leve pela gravidade dos crimes horríveis, hediondos que têm sido cometidos no Brasil, no nosso planeta e aqui no nosso Paraná.

Então, Presidente, é preciso que continue havendo esse trabalho da Polícia, que continuamos apostando que esse maníaco de Caiobá vai acabar sendo preso; que esse maníaco que matou a menina, mais cedo ou mais tarde, creio que haverá de ser descoberto.

Volto a repetir, é preciso uma punição severa em respeito àqueles que querem viver e que não aceitam mais tanta frieza por parte de bandidos que andam por aí. Exemplo, esse maníaco de Caiobá, ao estar numa trilha com revólver na cintura, para mim já estava ali na espreita da vítima. Ele não estava ali por acaso, para caminhar, para subir até o alto do morro. Na nossa visão, já tinha premeditado o que iria fazer: não apenas violentar a moça, mas matar. O prazer de matar.

Para concluir, sobre o pronunciamento feito há pouco aqui, sobre mudança da lei eleitoral. Nem País pobre como o nosso, pegar dinheiro do povo para pagar a campanha de político? Temos tantos políticos aqui milionários, inclusive do Paraná: Lupion, Marcelo Almeida,

Ratinho, são pessoas de bem que não estão nem pedindo financiamento de campanha. Rodrigo Rocha Loures, tem banqueiros, donos de indústrias, pessoas milionárias. E num País com tanta miséria, aposentados ganhando pouco, pacientes jogados nas macas, nos corredores dos hospitais, gente morrendo por falta de vaga na UTI, e de repente o Governo deixar de atender o pobre para bancar a campanha eleitoral de gente rica! Nada disso! Vamos cuidar é dos pobres! Vamos cuidar dos idosos, dos portadores de deficiência, de quem precisa! Político que é rico não precisa de financiamento de dinheiro público para a sua campanha.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Liderança do PSDB; Liderança do PMDB, com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sra. Presidente, Deputados, Deputadas.

Olha, logicamente que discordo totalmente das idéias aqui expostas pelo Deputado Belinati.

Reporto-me ao passado. Na antiga União Soviética, quando os corruptos eram apanhados, eles eram fuzilados. E o incrível é que a corrupção aumentou. Da mesma maneira na República Popular da China. Nos Estados Unidos, nos Estados onde existe a pena de morte, não houve a diminuição dos crimes praticados que levaram a execuções.

Então, acho que a questão não é desta maneira. Eu estou vendo, por exemplo, o aumento da criminalidade, mas a droga está fazendo um estrago danado e a sociedade, em conjunto, deveria se apropriar desta problemática e ajudar todos os governantes a resolverem esses problemas. Mas são visões, perspectivas diferentes que todos temos. A democracia é boa exatamente por causa destas questões.

Veja bem, vou ler um texto aqui e gostaria, Deputado Elio Rusch, Deputados e Deputadas que estão aqui, que me ajudassem a descobrir quem é que pronunciou isto aqui. Vejam bem.

(Lê): “Os donos do capital vão estimular a classe trabalhadora a comprar bens caros, casas e tecnologia, fazendo-os dever cada vez mais, até que se torne insustentável. O débito não pago levará os bancos à falência que terão que ser nacionalizados pelo Estado.”

Ate falei ao Deputado Jonas Guimarães, ao telefone, mas ele poderá se lembrar daquilo que falei há pouco: Jonas, que livro é este ao seu lado? Ele falou: “Este é o Livro Sagrado, é a Bíblia”. Falei: ah, sim - eu estou com um, texto aqui do Livro Sagrado do Socialismo - o Karl Marx, pai do marxismo. Hoje Marx, Engels e Lênin, embasaram as teorias socialistas, ele falou isso, Deputado Elio Rusch, você que conhece muito bem a língua alemã, ele escreveu isso em 1867 no O

Capital, que fez um estudo aprofundado, vendo, olha, há mais de cento e tantos anos aquilo que é muito real hoje na nossa vida. Fazer uma previsão, o papa do socialismo, em 1867, e estas coisas acontecerem como estão acontecendo e denunciado isto ao longo de todos estes anos.

Agora, vejam bem, a Meca do Capitalismo, os Estados Unidos, tem a sua classe empresarial em pânico, pedindo, pelo amor de Deus, pela intervenção do Estado nos negócios da iniciativa privada.

Então, no mínimo deveríamos nos reunir para fazermos reflexões. Estas coisas que estão no mundo do jeito que estão não devem prosperar.

Aqui, por exemplo, nós sempre quisemos a presença forte do Estado na vida da economia paranaense. Por que nós defendemos o BANESTADO, agência de fomento do desenvolvimento paranaense? Por que nós defendemos a COPEL? O Bühler não está, talvez interessado nisto, mas muita gente está interessada. Por que nós quisemos salvar a SANEPAR das mãos do capitalismo selvagem europeu, que está colocando as suas garras aqui no Paraná?

Então, ficamos aqui nesta Assembléia, muitas vezes, e em todo este Estado do Paraná e pelo Brasil afora, fazendo o que? Arranhando a epiderme. Não nos aprofundamos. Chegamos e falamos assim: aí está o problema - e você vem mitigar, Deputado Cheida, viu, Mauro Moraes, vem mitigar o problema que não interessa ao conjunto nem da classe política, vamos ficar fazendo de conta, vamos arranhar a superfície e não vamos entrar no âmago das questões e aí fica tudo de bem! Não é assim!

Fiz uma longa caminhada na minha vida, ao longo de todos esses anos posso apresentar, sim, aquilo que fiz como defensor do interesse público. Não estive nunca na minha vida buscando coisas que seriam interessantes para mim! Dediquei a minha vida à transformação da sociedade, a sociedade injusta que nesse momento sofre uma pressão, daqueles que tiveram a sua ação prevista por Karl Marx, por Engels há tantos e tantos anos. Hoje, vemos na ação do Governo Requião, que faz investimentos na hora da dificuldade o caminho certo daquilo que temos que fazer. O Presidente Lula, no meu entendimento, acerta muito em muitas coisas, mas ele erra em outras coisas, por exemplo agora está certo quando anuncia a construção de um milhão de novas moradias. É aquilo que estamos fazendo aqui em outras coisas no Estado do Paraná, na hora da doença você precisa ter remédio, dinheiro e comida senão o doente vai piorar.

Agora, fico pensando nesses que poderão voltar ao Governo e certamente colocarão na lata de lixo os avanços que o povo conseguiu, as políticas públicas precisam ser preservadas, mas na hora das eleições o que estamos vendo? Os interesses paroquiais se sobrepõem aos interesses gerais da política paranaense, estou torcendo para isso: que possamos todos nós políticos, nos reunir para elaborarmos uma proposta. O que interessa é a proposta e não o nome do candidato para nos solidificarmos as pro-

postas que conquistamos em nome do povo, senão se perderá tudo!

Lembro quando quiseram privatizar a sede do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, quase conseguiram isso, queriam privatizar todas as estradas. Como já falei a COPEL, a SANEPAR, o BANESTADO foi explodido e o povo do Paraná não ganhou nada com isso! Pelo contrário, quero dizer que aqueles que fizeram essa previsão estavam corretos. Hoje temos que defender o interesse público e não ficarmos aqui como estão fazendo em outros Países, o carreamento de bilhões e bilhões das poupanças populares para salvar meia dúzia de privatistas que fracassaram! Enquanto tiveram lucros tudo bem, quando fracassaram chega o povo, através dos Governos, e faz com que eles sejam salvos desse naufrágio provocados por eles mesmos!

Agradeço a atenção que me dedicaram e, mais uma vez, digo que está na hora de fazermos reflexões, porque senão não encontraremos a saída. Gostaria de perguntar para os senhores e senhoras quantos jovens neste momento estão aqui em Curitiba dormindo porque ficaram consumindo drogas, e daqui a pouco vão sair e aquele que está viciado sempre tem o corruptor por perto para jogá-lo na prática do crime. Essa é que é a grande verdade!

Ontem mesmo o Presidente Lula chamou a atenção do Kassab, falou: “Kassab, caia de costas! Em São Paulo temos 9.9 de analfabetos ainda!” E nós não prestamos atenção nisso! Quer dizer, a economia paranaense tem que ser desenvolvida, tem que criar riqueza para o povo do Paraná e não para enriquecer aqueles que a vida toda usaram e abusaram do povo paranaense!

Obrigado.

Ordem do Dia:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 082/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a construção de 05 (cinco) unidades de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 083/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Marumbi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 084/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o

Município de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 085/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Lobato. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 086/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Jandaia do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 087/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Ivatuba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 088/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Iguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 089/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Floresta. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 090/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Engenheiro Beltrão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 091/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Colorado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 092/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Cambira. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 093/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Boa Esperança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 094/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Atalaia. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 095/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Astorga. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 096/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Jussara. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 097/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de São Tomé. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 098/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de São Jorge do Ivaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 099/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Santo Antonio do Caiuá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 100/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Quinta do Sol. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 101/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Peabiru. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 102/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Paçandu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 103/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Paranacity. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 104/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Ourizona. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 105/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Nova Esperança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 106/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Nossa Senhora das Graças. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 107/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Gover-

nador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Mariluz. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 108/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Munhoz de Melo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 109/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Marialva. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 110/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Mandaguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 111/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a liberação de 01 (uma) kombi para o Município de Terra Boa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 112/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Secretária de Estado da Cultura, que seja destinada ao Município de Andirá 01 (uma) unidade da Biblioteca Cidadã. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 113/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Secretária de Estado da Educação, providências, em caráter emergencial, em relação a situação precária da Escola Estadual Lincoln Setembrino Coimbra, no Município de Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Fernando Scanavaca e Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 206, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência em plenário no dia 11/02/09, por motivo de saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 245-B, de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 12/02/09 (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordi-

nária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 052/08, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Rosane Ferreira, que cria o período de autodenúncia para a localização e qualificação de BHC e demais agrotóxicos proibidos no Estado do Paraná, e dá outras providências. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 052/08
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação da presente lei, um período de 6 (seis) meses consecutivos para que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob sua guarda o BHC (hexaclorobenzeno), ou qualquer outro agrotóxico proibido por lei, apresentem, junto aos escritórios da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB, ou do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, nas Cooperativas Rurais ou ainda junto aos Sindicatos Rurais, declaração contendo:

- I - tipo ou tipos de agrotóxicos;
- II - período estimado em que estão depositados ou armazenados;
- III - quantidade, ainda que estimada, dos agrotóxicos, e;
- IV - condições em que estão armazenados ou agrotóxicos.

Parágrafo Único. O cadastramento de que trata o *caput* do presente artigo isentará o declarante de quaisquer sanções civis, penais ou administrativas, relacionadas aos agrotóxicos.

Art. 2º Desde a publicação da presente até o término do prazo previsto no artigo 1º da presente lei, poderá o Poder Executivo promover ampla divulgação com o intuito de sensibilizar a população da importância da retirada dos agrotóxicos mencionados no artigo 1º da presente lei, bem como o procedimento para a realização do cadastramento.

Art. 3º O Poder Executivo, por meio de suas Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Recursos

Hídricos - SEMA e Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAB, poderá firmar convênios com instituições públicas ou privadas para promover a cooperação técnica-financeira para a destinação final dos produtos encontrados.

Parágrafo Único. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, a contar 45 (quarenta e cinco) dias da publicação da lei, proporá soluções de gerenciamento dos estoques declarados, em conjunto com fabricantes de produtos agrotóxicos, cooperativas de antigos usuários e outras instituições relacionadas ao tema.

Art. 4º O Poder Executivo deverá regulamentar a presente lei em até 30 dias.

Art. 5º Esta lei entrar em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10/02/09.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 320/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares, bem como cantinas e quiosques da rede particular de ensino divulgar informações e tabelas nutricionais dos alimentos comercializados. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 320/08
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigatório que bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares, bem como cantinas e quiosques que funcionam dentro das escolas da rede particular de ensino, divulguem as seguintes informações - referentes à presença e à discriminação de quantidades em suas tabelas nutricionais dos alimentos comercializados em seus estabelecimentos:

- I - calorias;
- II - a presença de glúten;
- III - a concentração de carboidratos, incluindo-se a lactose;
- IV - a concentração de triglicérides, colesterol, fibras, sais minerais como sódio, cálcio, ferro, potássio e vitaminas.

Art. 2º Os estabelecimentos descritos no artigo deverão adaptar seus cardápios para que os mesmos contenham as informações instituídas pela presente lei.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos que não possuam cardápios deverão atender aos dispositivos da presente lei por meio de fixação de impressos, cartazes

ou placas, desde que fiquem visíveis e legíveis a todos os consumidores.

Art. 3º As escolas da rede pública poderão implementar as tabelas nutricionais de que trata a presente lei, conforme o disposto nos incisos I a IV do artigo I desta lei.

Art. 4º O descumprimento desta lei sujeita o infrator à multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), acrescido de duas vezes o valor do item mais caro do cardápio ou similar do estabelecimento.

Parágrafo Único. A cada reincidência o valor da multa será aplicado em dobro, triplo, quádruplo e assim sucessivamente.

Art. 5º Fica estabelecido o prazo de noventa (90) dias para que os estabelecimentos se adaptem as disposições desta lei.

Art. 6º A fiscalização do cumprimento das disposições desta lei será feita pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, que deverá observá-la no ato de suas inspeções.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10/02/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 466/08, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que denomina o viaduto localizado na BR 277 Km 114 no Município de Campo Largo de viaduto Odair Lamoglia. **Aprovada. (Publ. no DA nº 129/08, de 03/11/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 535/08, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública o Instituto Vida Digna e Solidária - INVIDAS, com sede e foro no Município de Piraquara. **Aprovada. (Publ. no DA nº 146/08, de 08/12/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 001/09, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de janeiro de 2009. Resolução nº 003/04. **Aprovada. (Publ. no DA nº 004/09, de 09/02/08, em 1ª discussão).**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que obriga a afixação de placas em farmácias e drogarias com a identificação e horário de atendimento do técnico (farmacêutico) responsável. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CICTM e CSP. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 548/08, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Amigos do Colégio Estadual Dom Pedro I, com sede e foro no Município de Lidianópolis. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 153/08, de 16/12/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 548/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Dom Pedro I, com sede e foro no Município de Lidianópolis, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, uma vez que o registro do presente estatuto foi efetuado no Município de Ivaiporã, a Associação que se pretende declarar de utilidade pública possui foro no Município de Ivaiporã. Desta forma, a fim de adequar os dispositivos do presente projeto ao estatuto social registrado do referido instituto, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 10/02/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 548/08

Conforme o disposto no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Dom Pedro I, com sede no Município de Lidianópolis e foro no Município de Ivaiporã, Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 10/02/09.
(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 245-A, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 203, de autoria dos Deputados Fernando Scanavaca, Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Elio Rusch e Luiz Carlos Martins, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 208, de autoria dos Deputados Marcelo Rangel, Douglas Fabrício, Ademar Traiano, Elio Rusch e demais Srs. Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 211 e 230, de autoria do Deputado, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 244, de autoria dos Deputados Péricles de Mello e Professor Lemos, com apoio a esta moção de apelo dos Deputados Ademar Traiano, Antonio Belinati, Augustinho Zucchi e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Conversei com o Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Péricles de Mello, sobre esses dois requerimentos. Um com o mesmo teor, um dirigido ao Governador Roberto Requião e o outro à Secretária da Educação, Yvelise Arco-verde, que é para poder, de fato, haver uma determinação do ponto de vista administrativo e poder fazer o reconhecimento para efeitos de contratação dos diplomas que foram expedidos pela VIZIVALE, já amplamente discutido nesta Casa. Esperamos, diria que quase que em vão, uma solução vinda do Ministério da Educação, especialmente do Conselho Nacional de Educação, e até o presente momento não recebemos nenhuma informação.

O Deputado Péricles tem se empenhado muito para poder tentar resolver esse tema. Eu reconheço o esforço que o Deputado Péricles tem feito para poder dar uma resposta para essas 35 mil pessoas que foram iludidas na sua boa-fé e que, infelizmente, acabaram sendo lesadas, a sua vida, eu diria numa forma estrutural, até naquilo que é fundamental, que ninguém pode tirar que é o processo de conhecimento, porque já se qualificaram, se formaram e não têm o direito ao diploma. Esse apelo, na verdade, tem essa essência dessa vontade da solução.

Quero encaminhar favoravelmente esse requerimento e solicitação que faz ao Governador e à Secretaria da Educação, mas no reconhecimento que sabemos que o Governador, tanto ele como a Secretária da Educação, eles estão sujeitos ao princípio constitucional que é o princípio da legalidade. Certamente o Governador vai analisar os pedidos e vai tentar encontrar uma solução. Eu faço esse encaminhamento favorável, mas no sentido de reconhecer a manifestação que o Deputado Péricles é a favor dos professores e professoras que cursaram a VIZIVALE, e que têm direito ao diploma, mas que estão hoje vivendo nesse limbo complexo e que, claro, acaba atrapalhando muito a sua vida.

O encaminhamento à nossa bancada é favorável pela aprovação dos requerimentos.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Para encaminhar, o Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Para Encaminhar**)

Quero cumprimentar o Líder do Governo, Deputado Romanelli. Acho importante a oposição do Líder do Governo, nós sabemos, até conversei com o Deputado Romanelli, nós fazemos reunião com o Governador e a Secretária. A Secretária tem se empenhado muito, foi à Brasília junto conosco, ela conhece concretamente o problema. Ela analisou a VIZIVALE no processo, no momento em que estava sendo dado o curso. Tem alguns críticas, mas também tem alguns elogios. Está se empenhando participa da comissão, há uma perspectivas concreta de solução para o registro dos diplomas.

Como é que vai se dar isso, Deputado Romanelli? Uma complementação pela Universidade Aberta do Brasil, educação à distância, em parceria com nossas instituições do ensino superior.

Então sabemos da boa vontade do Governo. Aprovando essa moção é uma força a mais que tempos para conversar com o Governo, com a Secretária, para que nos marcos da legalidade, sendo possível, nós talvez resolvamos, pelo menos esse momento que os professores estão desesperados, já digo, porque passaram no concurso e pretendem pelo menos assumir o PSS, nesse processo simplificado para garantir as suas vagas.

Cumprimento o Líder do Governo e peço a todos os Parlamentares que votemos por unanimidade essa moção de apelo.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Para encaminhar, o Deputado José Lemos.

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT) (**Para Encaminhar**)

Quero também solicitar o apoio de todos os colegas que já assinaram essa moção, no sentido de que o Governo acolha esses professores que passaram no concurso público, assim como os Prefeitos já acolheram nos seus Municípios. O próprio Estado já acolheu no concurso anterior e que aguarde, durante o estágio probatório, para que esses professores possam apresentar o diploma devidamente registrado, nós não temos dúvidas.

Agora, se não dermos posse a esses professores neste momento, vai passar a hora, eles vão perder o concurso e depois vão ter o diploma, mas não são concursados no Estado do Paraná.

Por isso esse apelo é importante para sensibilizar o Governo.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Está em votação o requerimento. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado por unanimidade.**

Requerimentos nºs 176 e 177, de autoria dos Deputados Péricles de Mello com apoio do Deputado Professor Lemos, constantes do expediente de Sessão anterior. **Retirados pelo autor.**

Requerimento nº 190, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 195, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 197 a 201, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 204, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 241, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 245, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra antecipada do dia 12/02/09 (quinta-feira), conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 248/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 548/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 504, 509 e 537/08.

Levanta-se a Sessão.



S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 007

7ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	36
Presenças	36
Abertura da Sessão	36
Ordem do Dia:	

Leitura do Expediente	36
Discussão/Votação	
Redação Final	37
2ª Discussão	37
1ª Discussão	37
Encerramento da Sessão	39
Publicações:	
Ata de Comissão	
Indústria, Comércio e Turismo ..	40

DIÁRIO Nº 007

7ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Fernando Scanavaca.

Presenças:

Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Ademir Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romaneli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo

Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Osmar Bertoldi, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Durval Amaral, Luiz Fernandes Litro, Nereu Moura, Pedro Ivo e Reni Pereira (06).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Pastor Edson Praczyk, Luiz Accorsi e Ney Leprevost (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária, antecipada do dia 12/02/09 (quinta-feira), conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças,

Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 248/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, obriga a afixação de placas em farmácias e drogarias com a identificação e horário de atendimento do técnico (farmacêutico) responsável. **Aprovada. (Publ. no DA nº 062/08, de 04/06/08, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 548/08, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Dom Pedro I, com sede e foro no município de Lidianópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 504/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, reconhece a União dos Vereadores do Paraná - UVEPAR, como entidade oficial representativa das Associações Microrregionais de Câmaras, Câmaras Municipais e Vereadores do Estado do Paraná, para todos os efeitos de representatividade. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 139/08, de 19/11/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 504/08

P A R E C E R :

Do projeto de lei

O Projeto de Lei nº 504/08 de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por escopo reconhecer a União dos Vereadores do Paraná - UVEPAR, como entidade oficial representativa das Associações Microrregionais de Câmaras, Câmaras Municipais e Vereadores do Paraná, para todos os efeitos de representatividade.

Competência e previsão legal

A Constituição Federal no artigo 25, parágrafo 1º, assevera a competência dos Estados à organização da Constituição Estadual e Leis.

Art. 25. *Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.*

§ 1º *São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas.*

Assim, o Estado do Paraná tem competência sobre a matéria tratada, vez que, não fere os princípios constitucionais, portanto não há qualquer vedação pela Constituição Federal.

Analizamos ainda a iniciativa dos Membros desta Casa de Leis em propor projetos de lei.

Art. 124. *A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.*

Parágrafo Único. *Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem a Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.* (grifo nosso).

É indispensável à análise no aspecto da legitimidade para legislar acerca da matéria deste projeto de lei, assegurado pelo artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, que os Deputados Estaduais, detêm de iniciativa para propor leis ordinárias para a referida aprovação.

Art. 65. *A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.* (Grifo nosso).

Assim, o Deputado Estadual Nelson Justus, possui competência legislativa e administrativa, para iniciar projetos de lei, bem como, leis ordinárias, sobre a matéria tratada neste projeto de lei.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado através de prerrogativa e competência parlamentar para legislar sobre a proposição de lei estadual, concernente a matéria tratada.

Conclusão

No que concerne à legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto de lei, não encontra nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Sala das Comissões, em 10/02/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
NEREU MOURA - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 509/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a divulgação da advertência “se beber não dirija” em cardápios e panfletos de propaganda de bares, restaurantes e casas de evento. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Apro-**

vado. (Publ. no DA nº 139/08, de 19/11/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 509/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Deputado Mauro Moraes, propõe a divulgação da advertência “se beber, não dirija” em cardápios e panfletos de propaganda de bares, restaurantes e casas de evento.

Toda iniciativa que vise a conscientização do cidadão quanto aos riscos, danos e malefícios causados pela bebida alcoólica contém a marca distintiva da magnanimidade em defesa da vida.

No Brasil, mais de 30 mil pessoas morrem por ano em acidentes de trânsito. O prejuízo causado chega a R\$ 15 bilhões anuais (IPEA, 2003). Para enfrentar um problema desta magnitude é preciso conhecer as causas do fenômeno. Porém, as estatísticas brasileiras são reconhecidamente falhas; e o desconhecimento das características dos acidentes impede a aplicação de ações efetivas de redução de acidentes, assim como de políticas públicas adequadas.¹

Mesmo assim, as estatísticas revelam o quadro catastrófico de acidentes causados por motoristas alcoolizados. Segundo “Greve” (1999), 70% dos leitos do setor de traumatologia em hospitais públicos de todo o País são ocupados por acidentados no trânsito; 96% deste têm presença de álcool no corpo. Para melhorar o quadro, a pesquisadora sugere legislação severa, com multas altas, controle de velocidade e de ingestão de álcool, que deveria ser feito por órgãos como o DENATRAN e o Ministério da Saúde.²

Fundamentação

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65, estabelece que a Assembleia Legislativa, entre outras entidades, como titular para propor leis complementares e/ou ordinárias dentro da competência legislativa do Estado do Paraná:

(...)

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao

Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

(...)

Além disso, os incisos XVI e XVII do artigo 53 do mesmo texto legal, dispõe que:

(...)

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

XVI - matéria decorrente da competência com, um prevista no artigo 23 da Constituição Federal;

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

(...)

No caso concreto em razão da matéria aplica-se o princípio constitucional da competência concorrente prevista na Constituição Federal em seu artigo 24, *literis*:

(...)

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

(...)

Da Legitimidade e Legalidade

Em parecer de análise prévia ao Projeto de Lei nº 019/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que trata da regulamentação do disposto no artigo 47 da Lei Complementar Federal nº 123/06 - Estatuto da Microempresa e de Pequeno Porte, a CCJ ao fundamentar o referido parecer quanto a sua legitimidade e legalidade no que pertine a competência legislativa de caráter privativo e suplementar, invocou os artigos 22, inciso XXVII, 24, parágrafo 2º e artigo 25 parágrafo 1º, para aprovar o aludido projeto quanto à sua constitucionalidade. Caminhou bem a CCJ.

O parecer prévio desta CCJ no caso concreto também adotou o mesmo princípio no que concerne a competência. Não há nenhuma vedação ao prosseguimento do presente projeto de lei especialmente por tratar de matéria afeta à saúde de todos os cidadãos e proteção à vida, matéria esta amparada constitucionalmente disciplinada como competência concorrente.

No Mérito

Por este vértice podemos aplicar no caso vertente a mesma regra sem ferir critérios de interpretação constitucional. O projeto do nobre Deputado Mauro Moraes propõe apenas a publicação da frase “se beber, não dirija” nos cardápios e panfletos de propaganda de bares, restaurantes e casas de eventos utilizando-se inteligentemente dos meios práticos o que significa dizer que não haverá nenhum impacto orçamentário.

1. <http://www.sinaldetransito.com.br/artigos/estatistica.pdf>. AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO DISPONÍVEIS NOS SITES DOS DEPARTAMENTOS ESTADUAIS DE TRÂNSITO DO BRASIL. Rudel Trindade Junior & Marilita Gnecco de Camargo Braga Universidade Federal do Rio de Janeiro 21945-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brazil Phone: +55(21)-2562-8131 e-mails: marilita@adc.coppe.ufrj.br & rudel@terra.com.br.

2. Idibem.

Conclusão

No mérito, os artigos invocados permitem-me pacificamente declarar à constitucionalidade do presente projeto posto que tanto a Constituição Estadual quanto Constituição Federal legitimam a matéria no que pertine à competência, bastando uma leitura mais acurada dos textos.

Diante da constitucionalidade aferida do presente projeto, estando o projeto de lei em conformidade com os critérios da Lei Complementar nº 095/98 que define a técnica legislativa de elaboração das leis, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10/02/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 537/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que institui a Semana Cultural das Bandas e Fanfarras no Estado do Paraná, a ser realizada na última semana de novembro, e passa a integrar o calendário de eventos do Estado e, dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 147/08, de 09/12/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 537/08

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, institui a Semana Cultural das Bandas e Fanfarras no Estado do Paraná, a ser realizada na última semana de novembro, e passa a integrar o calendário oficial de eventos e dá outras providências.

Fundamentação

Primeiramente, verifica-se que no que tange à iniciativa legislativa, para a proposição do projeto em tela, não há nenhum óbice constitucional, uma vez que não há vedação legal e nem se trata de matéria elencada pelo artigo 66 da Constituição Estadual como de competência privativa do Governador do Estado.

Diante dessa constatação, demonstra-se necessário observar a legitimidade da presente proposição, através da análise do que determina nossa Constituição Federal acerca das competências dos Estados, em seu artigo 23:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

Ainda que não seja considerado como meio de acesso à Cultura, a Semana Cultural das Bandas e Fanfarras não encontraria óbice no rol de competência do

Estado, tendo em vista a disposição do artigo 25, parágrafo 1º da Constituição:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhe sejam vedadas.

Destarte, como não é vedada, consequentemente é autorizada a disposição da matéria que ora se analisa pelos Estados, visto que não há nenhuma disposição contrária a tal matéria, nem em âmbito constitucional e nem em âmbito infraconstitucional.

Pois vejamos também a legitimidade no que se depreende da análise do artigo 215 da Constituição Federal, o qual nos faz saber a admissibilidade de tal proposição, bem como sua conformidade com os preceitos do Direito:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. (Grifo nosso)

Quando à técnica legislativa, o projeto de lei em questão está em perfeita conformidade com o estabelecido pela Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade apresentada pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10/02/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 548/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 504, 509 e 537/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 190, 433 e 523/08.

Levanta-se a Sessão.

Indústria, Comércio e Turismo

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente

da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Fernando Scanavaca e Teruo Kato para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Fernando Scanavaca agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

